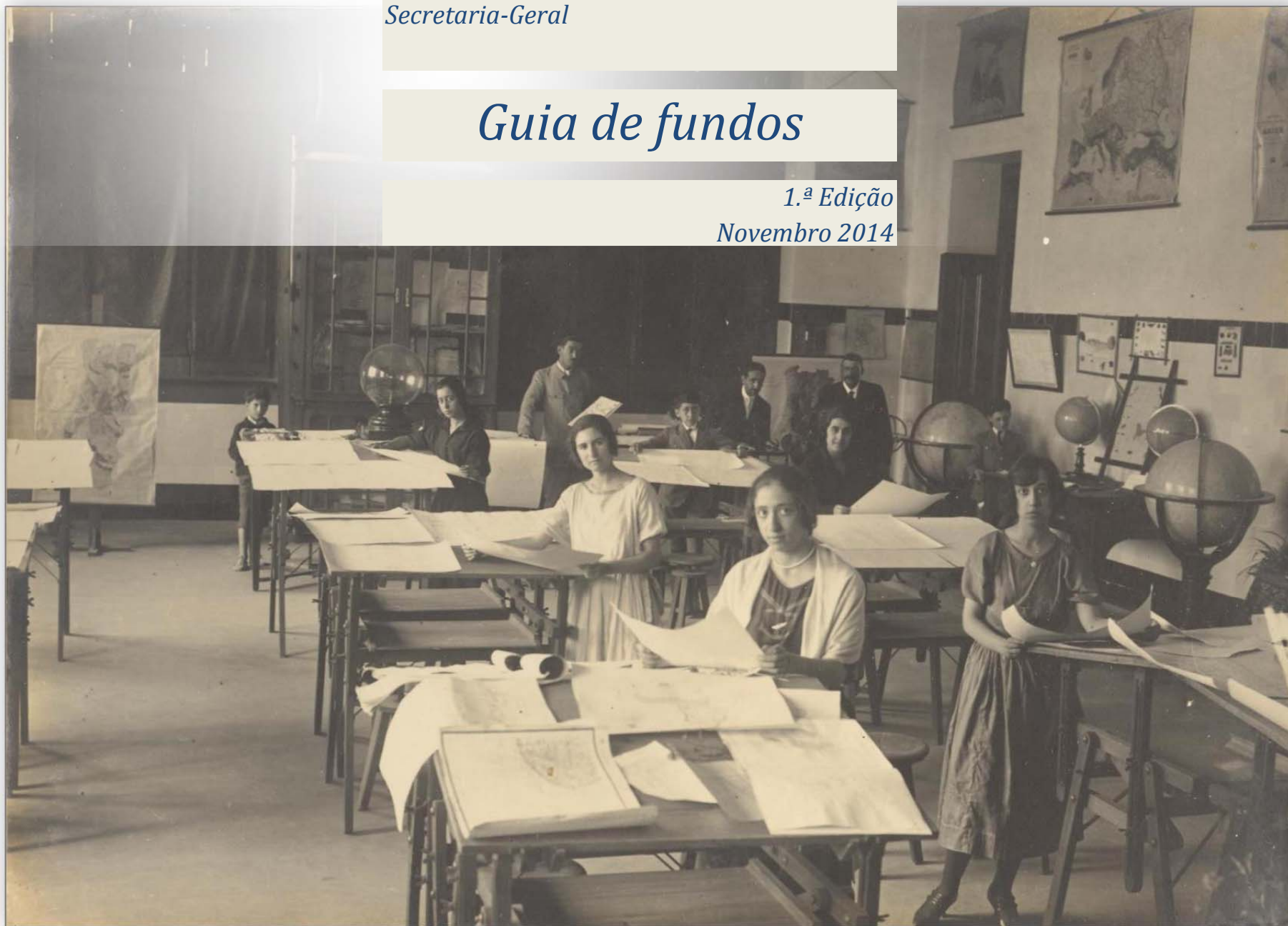


*Ministério da Educação e Ciência
Secretaria-Geral*

Guia de fundos

*1.ª Edição
Novembro 2014*



**DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E DE ARQUIVO
SERVIÇO DE REFERÊNCIA DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO**

Endereço

Avenida 5 de Outubro, nº 107
1069-018 Lisboa

E-mail

dsda@sec-geral.mec.pt

Telefone

217811542

Horário de Funcionamento

2.ª-6.ª feira | 09h00-17h00

Pesquisa – Base de dados do Arquivo Histórico

<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/>

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo
Rui Miguel Infante

Recolha e organização da informação

Françoise Le Cunff

Contributos

Clara Pinto, Elisabete Oliveira, Fernanda Ano Bom, Isabel Sanches, José Miguel Gonçalves, Júlia Serra,
Maria João Seguro, Maria José Agostinho, Paula Pimentel, Perpétua Guerreiro, Vítor Pinto

Imagens

Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Referência

Data de publicação

2014

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	7
APRESENTAÇÃO	8
O SERVIÇO.....	8
O GUIA.....	10
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO.....	12
ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	15
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	16
CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA	22
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO.....	28
BIBLIOTECA-MUSEU DO ENSINO BÁSICO.....	32
DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E SAÚDE ESCOLAR	37
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO LICEAL	41
INSPECÇÃO DO ENSINO LICEAL	45
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO.....	49
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR E BELAS ARTES.....	53
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO TÉCNICO	57
GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO	61
GABINETE DO MINISTRO.....	66
GRUPO DE TRABALHO ARQUIVO, MUSEU, BIBLIOTECA E CENTRO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	69
GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A COMEMORAÇÃO DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES	74
INSPECÇÃO-GERAL DO ENSINO PARTICULAR	79
INSTITUTO ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA	83
INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR	89
INSTITUTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO	92
JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	98

MOCIDADE PORTUGUESA	103
OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	107
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	111
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	115
ARQUIVOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	119
CONSERVATÓRIO NACIONAL	120
ESCOLA COMERCIAL DE RODRIGUES SAMPAIO/ESCOLA COMERCIAL D. MARIA I	125
ESCOLA COMERCIAL DE VEIGA BEIRÃO	129
ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE AFONSO DOMINGUES	133
ESCOLA INDUSTRIAL DE MACHADO DE CASTRO	137
LICEU CAROLINA MICHAELIS.....	141
ARQUIVOS ESPECIAIS	146
ARQUIVO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES	147
ARQUIVO FOTOGRÁFICO.....	156
ARQUIVO DE DESENHOS TÉCNICOS.....	159
INSTALAÇÕES PARA O ENSINO PRIMÁRIO	162
INSTALAÇÕES PARA O ENSINO TÉCNICO E SECUNDÁRIO.....	165
INSTALAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR.....	168
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	171
GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONSTRUÇÕES ESCOLARES.....	173
ARQUIVOS PARTICULARES.....	177
JOSÉ BAPTISTA MARTINS	178
FARIA DE VASCONCELOS.....	183
MARIA DO CARMO MATOS.....	188
MARIA MARGARIDA LUCAS LEAL	192

NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento é uma actualização do guia do Arquivo Histórico publicado em 1997 em suporte papel. As adições e alterações introduzidas são o resultado do trabalho colectivo dos técnicos da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

O propósito desta publicação é de apresentar, de forma sintética, os fundos e as coleções custodiadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência a fim de facilitar a sua consulta. Esta edição eletrónica atualizada e completada permitirá aos utilizadores preparar a sua investigação à distância.

A estrutura do guia segue o quadro de classificação dos arquivos de conservação permanente. Contrariamente à versão em suporte papel, cada um dos fundos é antecedido de uma ficha de descrição normalizada, elaborada com base na Norma Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G). A análise dos fundos foi desenvolvida de acordo com o estado de organização e classificação dos mesmos.

APRESENTAÇÃO

O SERVIÇO

A Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA) tem como missão “preservar e valorizar, de acordo com as orientações da política do património cultural, o património histórico da educação e da ciência, nas componentes arquivística, bibliográfica e museológica”. Compete-lhe, nomeadamente, “proceder à recolha, ao tratamento, à conservação e à comunicação dos arquivos que deixam de ser de uso corrente por parte dos serviços produtores”.

Este serviço acolhe e trata documentos que compreendem uma baliza temporal que vem desde 1836 até à actualidade. Cerca de 15 000 metros lineares encontram-se inventariados ou aguardam tratamento arquivístico. É o resultado da informação gerada, recebida ou acumulada no âmbito das atividades dos organismos tutelados pelo Ministério da Educação e Ciência, ao longo do tempo.

Foram constituídos quatro grupos de fundos tendo em conta as circunstâncias da sua constituição. (dos fundos e coleções). No primeiro grupo, o dos Arquivos da Administração Central, foram incluídos os fundos sujeitos, por lei, a transferências periódicas e obrigatórias, tendo em conta o princípio da proveniência, segundo o qual os documentos devem ser mantidos e colocados no fundo de arquivo a que pertencem, de forma a respeitar a integridade e estrutura orgânica da entidade produtora. O segundo grupo é constituído por arquivos provenientes de estabelecimentos de ensino, adquiridos por doação ou por transferência a título de depósito (nalguns casos os arquivos foram incorporados porque estavam em risco de abandono ou em risco de desaparecimento por deterioração). O terceiro grupo de fundos integra parcelas de arquivos produzidas pelas várias entidades que, ao longo do século passado, tiveram competências na área das construções escolares, quer na dependência do Ministério das Obras Públicas quer na dependência do Ministério da Educação. Algumas destas entidades coexistiram no tempo, outras sucederam-se. O quarto grupo de

fundos integra arquivos produzidos por particulares no âmbito das suas atividades públicas ou privadas, adquiridos por doação.

O património arquivístico à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência tem um valor relevante não somente para a História da Educação e Ciência como para a história da cultura, das artes, do património, da arquitetura escolar, do desporto e da saúde escolar.

Este património está acessível à consulta e à investigação de acordo com a legislação em vigor. O serviço de referência encontra-se aberto a todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, devidamente identificados. Neste mesmo serviço é também facultado o acesso a fontes de informação complementares a partir da consulta do património bibliográfico, constituído pelo fundo geral e por coleções especializadas nas áreas da Ciência e História da Educação, do património museológico da Educação e Ciência, formado pelo material didáctico proveniente de escolas primárias, liceus, escolas técnicas e de instituições especializadas e das coleções de legislação portuguesa.

O GUIA

Um guia de fundos é um instrumento de descrição arquivística para efeitos de comunicação e divulgação da informação de um serviço de arquivo. Consolidando a normalização dos vários instrumentos de descrição arquivística, este guia de fundos apresenta a descrição dos 31 fundos documentais e 8 secções existentes no Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

Neste documento a informação facultada reporta-se à identificação da entidade produtora e elementos de cada conjunto documental, especificamente:

- Código de referência,
- Título da entidade produtora,
- Datas extremas de produção da documentação,
- Dimensão (em metros lineares e número e tipo de unidades de instalação),
- Nome de produtor,
- História administrativa ou biográfica de cada entidade produtora,
- História custodial e arquivística,
- Fonte imediata de aquisição,
- Sistema de organização,
- Âmbito e conteúdo,
- Condições de acesso,
- Instrumentos de pesquisa,
- Materiais associados,

- Entidade detentora,
- Fontes e bibliografia,
- Nota do arquivista,
- Data de descrição.

Por existir documentação que se encontra em fase de tratamento arquivístico, alguns fundos documentais serão alvo de atualizações frequentes, sendo, por isso, apenas como nota, a informação “Arquivo por tratar”.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

AAC	ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
CNEA	Campanha Nacional de Educação de Adultos
CSIP	Conselho Superior de Instrução Pública
DGEBES	Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário
BMEP	Biblioteca-Museu do Ensino Primário
DGEFDSE	Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar
DGEL	Direcção-Geral do Ensino Liceal
IEL	Inspecção do Ensino Liceal
DGEP	Direcção-Geral do Ensino Primário
DGESBA	Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes
DGET	Direcção-Geral do Ensino Técnico
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GM	Gabinete do Ministro
GTAMBCEHE	Grupo de Trabalho Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Estudos em História da Educação
GTMECDP	Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
IAACF	Instituto António Aurélio da Costa Ferreira
IASE	Instituto de Ação Social Escolar
IHE	Instituto Histórico da Educação

IGEP	Inspecção-Geral do Ensino Particular
JNE	Junta Nacional de Educação
MP	Mocidade Portuguesa
OMEN	Obra das Mães pela Educação Nacional
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Educação
SGMCTES	Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

AEE	ARQUIVOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
CN	Conservatório Nacional
ECRS/ECDMI	Escola Comercial de Rodrigues Sampaio/Escola Comercial D. Maria I
ECVB	Escola Comercial de Veiga Beirão
EICAD	Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues
EIMC	Escola Industrial de Machado de Castro
LCM	Liceu Carolina Michaelis

AES	ARQUIVOS ESPECIAIS
ACE	Arquivo das Construções Escolares
A	Arquivo fotográfico
B	Arquivo de desenhos técnicos

C	Instalações para o ensino primário
D	Instalações para o ensino técnico e secundário
E	Instalações para o ensino superior
F	Serviços administrativos
GTSCE	Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares

APA ARQUIVOS PARTICULARES

FV	Faria de Vasconcelos
JBM	José Baptista Martins
MCM	Maria do Carmo Matos
MMLL	Maria Margarida Lucas Leal

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Código de referência

PT/MESG/AAC

Título

Arquivos da Administração Central

Nível de descrição

Grupo de fundos

Sistema de organização

O grupo é constituído por 19 fundos: Campanha Nacional de Educação de Adultos, Conselho Superior de Instrução Pública, Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar, Direcção-Geral do Ensino Liceal, Direcção-Geral do Ensino Primário, Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, Direcção-Geral do Ensino Técnico, Gabinete de Estudos e Planeamento, Gabinete do Ministro, Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, Instituto da Acção Social Escolar, Inspeção-Geral do Ensino Particular, Instituto Histórico da Educação, Junta Nacional de Educação, Mocidade Portuguesa, Obra das Mães pela Educação Nacional, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Código de referência

PT/MESG/AAE/CNEA

Título

Campanha Nacional de Educação de Adultos

Datas

1952-1956

Dimensão

13 m.l. – c. 80 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Campanha Nacional de Educação de Adultos

História administrativa

A taxa elevada de analfabetismo da população portuguesa (50%) torna premente a necessidade de tomar medidas para combater a situação. A institucionalização da escolaridade obrigatória entre os 7 e os 13 anos, o reforço da acção social escolar e a criação de programas destinados à educação de adultos - Plano de Educação Popular, Cursos de Educação de Adultos e da Campanha Nacional de Educação de Adultos – foram os métodos encontrados para inverter e renovar a situação escolar portuguesa.

Criada em 1952, no âmbito do Plano de Educação Popular, a Campanha Nacional de Educação de Adultos devia funcionar em regime transitório, circunscrito, em princípio, a 1953 e 1954. Tinha como objectivo principal a “preparação para o exame do ensino primário elementar de analfabetos com idade compreendida entre os 14 e os 35 anos” (Decreto n.º 38 969, de 27 de outubro de 1952, cap. VI, art.º 111.º). Devia também “divulgar noções de educação moral e cívica, organização corporativa, previdência social, segurança no trabalho, higiene e defesa da saúde, agricultura e pecuária”. Com início em janeiro de 1943, a Campanha devia prolongar-se até 31 de dezembro de 1954. Mas o Decreto-Lei n.º 40 011, de 30 de dezembro de 1954, prorrogou-a até 31 de dezembro de 1956.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da Campanha Nacional de Educação de Adultos no domínio das funções definidas por legislação.

Organização

O fundo é constituído por quatro secções. Entre elas:

- **Comissão Executiva e de Orientação Pedagógica** a quem competia 1) dirigir e coordenar os trabalhos, estabelecendo os planos de acção; 2) definir a orientação pedagógica da Campanha e pronunciar-se sobre o material didático a utilizar; 3) manter contacto com os departamentos públicos e autoridades interessadas na luta contra o analfabetismo; 4) tomar conhecimento dos resultados da Campanha, à medida que esta se desenvolver; 5) tomar as medidas indispensáveis ou convenientes para que se atinjam os objectivos da Campanha.
- **Comissão de Administração** criada para administrar o fundo destinado a ocorrer às despesas da Campanha (“Fundo Nacional de Educação de Adultos”). As suas principais atribuições eram: 1) elaborar e submeter à aprovação ministerial o orçamento da receita e da despesa; 2) organizar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração; 3) promover a aquisição e distribuição do material para a Campanha, ouvida a Comissão Executiva e de Orientação Pedagógica ou por proposta desta; 4) apresentar as contas.
- **Comissão de Informação e Propaganda**, desdobrada em três núcleos: Imprensa, Rádio e Cinema e Teatro. Esta comissão era incumbida de 1) promover a informação do público, para que este coopere abertamente na Campanha; 2) interessar a imprensa, a rádio, o cinema e o teatro por forma a obter a sua colaboração; 3) fomentar o interesse das autoridades administrativas locais, dos párocos, dos professores, dos alunos do ensino liceal, técnico ou superior, das instituições de cultura, dos organismos corporativos, das entidades patronais da indústria, do comércio e da agricultura e

das agremiações desportivas para que tomem parte ativa no combate ao analfabetismo; 4) editar publicações e cartazes e proceder à sua distribuição; 5) adquirir películas educativas, livros e publicações, a fim de serem distribuídos de acordo com as exigências da Campanha.

A actividade da Campanha era completada por **Missões Culturais**. A primeira era “constituída por uma brigada de cinema, o teatro da Mocidade Portuguesa, e duas exposições itinerantes, uma sobre o combate ao analfabetismo, outra, de divulgação artística e histórica. A segunda, formada por uma biblioteca móvel e uma brigada cinematográfica, era dirigida por um professor e um médico encarregado de divulgar noções de educação sanitária. O teatro e o cinema constituíram a terceira, visando a quarta missão cultural melhorar a situação sanitária das populações visitadas” (SAMPAIO, Salgado J.; 1976).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso.

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Materiais associados

Revista *A Campanha* (1952-1956), órgão da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Bibliografia

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS - *O que é o Plano de Educação Popular*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1953.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS - *IV Reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário: Directivas dadas por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1954.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS - *Missões Culturais. Educação Sanitária: Discursos proferidos por S. Ex. o Subsecretário de Estado de Educação Nacional, Dr. Henrique Veiga de Macedo, por ocasião da chegada a Lisboa da I^a Missão Cultural e no acto de partida da IV^a Missão Cultural da CNEA*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1955.

FERNANDES, Rogério – “Marcos do processo da alfabetização de adultos em Portugal”. In *Colóquio Educação/Sociedade*. Lisboa. N.º 2, 1993. Pp. 115-144.

Lourenço, Maria Cristina Barcoso – *O Zé analfabeto no cinema: o cinema na Campanha Nacional de Educação de Adultos (1952-1956)*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, área de História da Educação/História Comparada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1999.

NÓVOA, António – “ A «Educação Nacional» (1930-1960” In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. Vol. VII. Pp. 455-519.

NÓVOA, António - *A Educação portuguesa* (1945-1992). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

SAMPAIO, J. Salvado – *O ensino primário (1911-1969): contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1976. Vol. II: 2.º período (1926-1955). Pp.114-.137.

Data de descrição

2014-11-17

CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Código de referência

PT/MESG/AAE/CSIP

Título

Conselho Superior de Instrução Pública

Datas

1859-1927

Dimensão

2 m.l. - 6 cx. e 11 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério de Instrução Publica, Conselho Superior de Instrução Pública

História administrativa

O Conselho Superior de Instrução Pública foi criado em 7 de setembro de 1835, por decreto de Rodrigo da Fonseca, em substituição da Junta da Directoria-Geral dos Estudos, sendo-lhe atribuídas competências na "d direcção e regimento de todo o Ensino e Educação Pública".

Teve uma longa existência, embora fosse por diversas vezes extinto e recriado e visse as suas atribuições alteradas, em geral no sentido do seu alargamento. Enquanto órgão com carácter executivo, apenas desapareceu com a entrada em vigor da Lei n.º 1 941, de 11 de abril de 1936, que criou o Ministério da Educação Nacional. As suas funções consultivas, embora profundamente modificadas e num enquadramento muito diferente, subsistem no actual Conselho Nacional de Educação.

Aquando da sua criação, o Conselho estava "*encarregado da direcção e regimento de todo o ensino e educação pública*" e destinava-se ao acompanhamento e direcção das medidas ministeriais em matérias relacionadas com o sistema de ensino e com a actividade cultural, incluindo a conservação de monumentos, as bibliotecas e a arqueologia.

Apesar de ser um órgão colectivo, o Conselho tinha poder deliberativo directo e estavam-lhe cometidas funções executivas, já que nos termos do seu regimento "*o Conselho Superior de Instrucção Publica ordena immediatamente por sua propria autoridade em todos os pormenores das suas Repartição que não dependam de Ordem Real*".

Como sinal da sua importância, o Conselho era presidido pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, como autoridade máxima em matéria de instrução pública, tendo um vice-presidente nomeado pelo Governo, que substituíria o presidente nos seus impedimentos. Os vogais eram de nomeação régia, devendo a escolha recair em pessoas de *reconhecida probidade e ilustração*.

Na sua fase anterior à criação do Ministério da Instrução Pública o Conselho teve atribuições que hoje seriam consideradas de nível ministerial, competindo-lhe, após consulta com o Governo, nomear professores para as cadeiras da Universidade de Coimbra, das academias, colégios, liceus e institutos especiais, bem como fixar os respectivos vencimentos. Cabia-lhe também a aprovação dos manuais escolares e programas e aconselhar a criação e extinção de estabelecimentos escolares

Durante o século XX, com todas as transformações que se operaram, sobretudo a nível político, este organismo continua a exercer as suas funções, cada vez mais alargadas, até à sua extinção, pela Lei nº 1 941, de 11 de abril de 1936.

Síntese cronológica da evolução orgânica da instituição

1835: o **Conselho Superior de Instrução Pública** é criado por Decreto de 7 de setembro de 1835 que extingue a Junta da Directoria Geral de Estudos;

1835-1844: o Conselho Superior de Instrução Pública é extinto por Decreto de 2 de dezembro de 1835 e reposta em funcionamento a **Junta da Directoria Geral de Estudos**;

1844-1859: o **Conselho Superior de Instrução Pública** é restaurado por Decreto de 20 de setembro de 1844, com sede em Coimbra;

1859-1868: o Conselho Superior de Instrução Pública é extinto por Carta de Lei de 7 de junho de 1859 e criado,

em Lisboa, o **Conselho Geral de Instrução Pública**;

1868-1869: o Conselho Geral de Instrução Pública é extinto por Decreto de 14 de outubro de 1868 e criada, em sua substituição, uma **Conferência Escolar**;

1869-1884: é criada uma **Junta Consultiva da Instrução Pública** por Decreto de 14 de dezembro de 1869; é revogado o Decreto de 14 de outubro de 1868;

1884-1936: é restabelecido o **Conselho Superior de Instrução Pública** por Carta de Lei de 23 de maio de 1884 e extinta a Junta Consultiva da Instrução Pública;

1936: a Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936 extingue o Conselho Superior de Instrução Pública e cria, em sua substituição, a **Junta Nacional de Educação**.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este Fundo é constituído pelas seguintes séries documentais: Contabilidade (1931-1933); Registo de

correspondência recebida (1911-1919); Actas de reuniões (1860-1932).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso.

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente.

Fontes relacionadas

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública que publicava os relatórios elaborados pelos vários membros das subsecções em que se desdobrou a secção do ensino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública, para efeito da apreciação dos compêndios e livros de textos que se apresentaram ao concurso dos livros a adoptar no ensino secundário, oficial e particular.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

GOMES, Joaquim Ferreira – *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública: 1844-1859*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino - Ministério do Reino: inventário*. Lisboa: IAN/TT, 1999.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Secretaria-Geral – *Reformas do ensino em Portugal: 1835-1869*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1989. Tomo 1, vol. 1.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Secretaria-Geral – *Reformas do ensino em Portugal: 1870-1889*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1991. Tomo 1, vol. 2.

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

2014-06-12

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEBS

Título

Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário

Datas

1971-1993

Dimensão

947 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário

História administrativa

A Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário foi criada pelo Decreto-Lei nº 3/87, de 3 de Janeiro e regulamentada pelo Decreto Regulamentar nº 30/89, de 20 de outubro, sucedendo à Direcção-Geral do Ensino Secundário e à Direcção-Geral do Ensino Básico, organismos criados pelo Decreto-Lei n.º408/71, de 27 de setembro, aquando da reorganização dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional, levada a cabo pelo então Ministro Veiga Simão.

Pelo Decreto n.º 133/93, de 26 de abril, que aprova a nova Lei Orgânica do Ministério da Educação, é criado o Departamento do Ensino Secundário, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 137/93, de 26 de abril.

Em 2002, as funções que competiam àquele departamento cabem à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular no que se refere à execução das políticas educativas definidas pelo governo e à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação a quem compete a gestão dos recursos humanos das escolas, às Direcções Regionais de Educação e à Inspeção Geral da Educação, nomeadamente no que se refere à avaliação e inspecção das actividades docentes.

A Direcção-Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular, criada pelo Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de outubro, é regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2004, de 28 de abril.

Atualmente cabe à Direcção-Geral da Educação, criada pelo Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, “assegurar a concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didáctica da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extra-escolar, prestando apoio técnico à sua formulação e

acompanhando e avaliando a sua concretização, bem como coordenar a planificação das diversas provas e exames”.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Contém documentação produzida no âmbito das competências superiormente definidas para a gestão dos assuntos relativos aos ensinos básico e secundário, nomeadamente nas áreas pedagógica e didática e das funções normativas, decorrente das mesmas.

Contém, nomeadamente, processos de concurso de pessoal docente; nomeações; pedidos de bolsas de estudo e isenção de propinas; manuais escolares; circulares.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos

da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente para parte do Arquivo

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

BIBLIOTECA-MUSEU DO ENSINO BÁSICO

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEBS/BMEB

Título

Biblioteca-Museu do Ensino Básico

Datas

1883/1886-1914/1933-1993

Dimensão

3 m.l. – 11 cx. e 81 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Subfundo

Nome de produtor

Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Básico, Biblioteca-Museu do Ensino Básico

História administrativa

A Biblioteca e Museu do Ensino Primário foi criado pelo Decreto n.º 22 369, de 30 de março de 1933 aquando da reorganização dos “serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspecção e disciplinares dependentes da Direcção-Geral do Ensino Primário”. A Biblioteca e Museu do Ensino Primário era o organismo destinado a “recolher livros e outras publicações, nacionais ou estrangeiras, sobre os problemas pedagógicos e didácticos do ensino primário” bem como a “organizar colecções de material didáctico destinadas a ser sucessivamente utilizadas em estabelecimentos do ensino primário oficial”; competia-lhe ainda “arquivar toda a documentação referente à história do ensino português”.

O primeiro director da Escola e Museu do Ensino Primário foi o pedagogo Adolfo Lima (1874-1943) que se manteve no cargo até à sua morte.

O Decreto-Lei n.º 519-D2/79, de 29 de dezembro, reorganiza a Biblioteca e Museu do Ensino Primário que passa a denominar-se Biblioteca-Museu do Ensino Básico, com as seguintes atribuições:

- “Recolher e dar o adequado tratamento a documentação, nacional e estrangeira, sobre assuntos de educação no sector do ensino básico, com especial relevo para a documentação referente à história do ensino em Portugal, formando assim um centro especializado ao serviço do pessoal de educação e dos investigadores;
- Constituir o arquivo histórico do ensino básico em Portugal;
- Organizar colecções de documentos e de material didáctico destinados a exposições itinerantes a realizar em estabelecimentos de ensino, consoante as solicitações destes ou as instruções da Direcção-Geral do Ensino

Básico;

- Prestar informações sobre a documentação existente no seu arquivo, quando lhe sejam pedidas por quaisquer instituições, nacionais ou estrangeiras;
- Servir de órgão de consulta das bibliotecas dos centros de formação de professores;
- Fomentar e apoiar contactos com outras bibliotecas, tanto nacionais como estrangeiras;
- Publicar, com regularidade, instrumentos de trabalho relativos às espécies nela reunidas, fazendo a sua divulgação, designadamente, através dos órgãos de comunicação do Ministério da Educação e de outros que o solicitem;
- Publicar, com a periodicidade que for superiormente determinada, um boletim informativo, de divulgação das actividades da sua competência e de apoio às bibliotecas”.

História custodial

Desde a sua criação até 1979, a Biblioteca-Museu do Ensino Básico esteve instalada em Benfica, no edifício da Escola Normal Primária de Lisboa, designada mais tarde por Escola do Magistério Primário e Escola Superior de Educação. Na década de 80 do século passado, foi necessário proceder a obras de beneficiação no referido edifício, procedendo-se então à transferência da Biblioteca-Museu para as instalações da Direcção-Geral do Ensino Básico, sita na Avenida 24 de Julho, em Lisboa. Mais tarde, o arquivo da Biblioteca-Museu do Ensino Básico foi transferido da Direcção-Geral do Ensino Básico para o extinto Instituto Histórico da Educação, a título de depósito. Além do arquivo, foi transferido também o fundo bibliográfico da Biblioteca-Museu do Ensino Básico. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a

competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição

Transferência a título de depósito.

Âmbito e conteúdo

O subfundo é constituído pelas seguintes séries documentais: coleção de circulares; documentos de contabilidade: faturas da aquisição de bens e serviços, folhas de vencimentos, recibos de vencimentos, balancetes, livros de contas correntes, dotações orçamentais, mapas de despesas, registo diário de faturas, documentos relativos a diuturnidades; copiador de correspondência expedida; correspondência expedida; livros de requisição de bens e serviços; boletim de aquisição do Centro de Documentação da Direcção-Geral do Ensino Básico; cadastro de bens do domínio privado; inquérito anual às bibliotecas e museus; livro de registo do inventário do material didático do museu; livro do inventário do mobiliário (borrão); livro de visitantes do Museu Pedagógico; Informações; livro de requisição de livros dos pequenos leitores; livros de requisição de leitura; registo de entrada de livros; relação dos livros adquiridos; livros de ponto; livro de termo de posse.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas da “Biblioteca e Museu do Ensino Primário”, de que se destaca o grupo dos manuais escolares.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

SANCHES, Isabel – *Em busca de bibliotecas perdidas: a biblioteca do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2010.

Data de descrição

2000; 2014-06-18

DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E SAÚDE ESCOLAR

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEFDSE

Título

Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar

Datas

1942-1973

Dimensão

68, 64 m.l. - 429 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de Produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar

História administrativa

Criada pelo Decreto-Lei nº 32 241, de 5 de setembro de 1942, a Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar foi regulamentada um ano depois pelo Decreto nº 32 946, de 3 de agosto.

Sucede à Direcção-Geral de Saúde Escolar, estando-lhe atribuídas as seguintes competências: promover a prática desportiva; exercer autoridade disciplinar sobre as organizações desportivas e os desportistas, cuidando também da obrigatoriedade dos mesmos serem sujeitos regularmente a exames médicos para avaliar o seu estado de saúde e da sua condição física; zelar pela formação do espírito desportivo e a disciplina do público; colaborar activamente com Organização Nacional da Mocidade Portuguesa e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT); colaborar nas actividades desportivas das escolas; instituir em colaboração com a Mocidade Portuguesa e sob a direcção do Instituto Nacional de Educação Física, escolas móveis para preparar os dirigentes locais de Educação Física.

Da sua orgânica faziam parte os conselhos técnicos da educação física, dos desportos e da saúde escolar e da medicina desportiva estando o seu quadro de pessoal dotado de elementos de intervenção (inspectores e médicos), bem como de delegados regionais ou locais. Estes decorrem das funções que lhe estão cometidas de estudo, informação e fiscalização, para a realização da sua actividade, no campo da cultura física e da política definida para esta área.

Sucede-lhe a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos (1973-1974) e a Direcção-Geral dos Desportos (1974-1993).

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este fundo contém as seguintes séries documentais: Actividades desportivas (1942-1963); Assistência escolar (1952-1958); Boletins de saúde escolar: ensino primário (1942-1956); Boletins de Saúde Escolar dos Liceus (1947-1956); Boletins de Saúde das Escolas Técnicas (1953-1957); Cadernos e mapas de imunização: Ensino Primário Oficial (1939-1956); Cadernos e mapas do serviço de oftalmologia (1940-1950); Cadernos dos serviços antivariólicos (1940-1941); Cadernos dos serviços de imunização: Ensino Particular (1946-1957); Cadernos dos serviços de imunização: Escolas Técnicas (1943-1956); Cadernos dos serviços de imunização: Liceus (1942-1956); Cadernos dos serviços de inspecção: Ensino Primário Oficial (1944-1945); Folhas de material (1948); Folhas de vencimento e outros abonos (1927-1955); Livros de registo de contas correntes (1943-1945); Mapas do movimento médico-escolar (1953-1955); Ofícios e ordens de serviço referentes a médicos e visitadoras de todos os distritos (1943-1955); Pessoal (1943-1964); Processos de alunos do Ensino Primário (1958-1962); Processos

de Inspeção Médica, Física e Psíquica (1942-1943); Processos de pessoal (1943-1945); Rádio escolar (1964-1965); Registo de facturas (1943-1944); Relatórios médico-escolares: Ensino Primário (1942-1957); Relatórios médico-escolares das Escolas Técnicas (1944-1957); Relatórios médico-escolares: Liceus (1933-1958); Requisições (1943-1948); Teses e dissertações de médicos escolares (1933-1935); Triplicados das Escolas Técnicas (1927).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO LICEAL

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEL

Título

Direcção-Geral do Ensino Liceal

Datas

1919-1971

Dimensão e suporte

121, 76 m.l. - 761 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



Lavores femininos: trabalhos das alunas
(1955)

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Liceal

História administrativa

A Direcção-Geral do Ensino Liceal integrava-se na missão educativa da família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos alunos. Foram-lhe cometidas como principais competências: a organização dos liceus e respectiva legislação; as matrículas e propinas; a frequência escolar; os exames; os concursos de professores; as bolsas de estudo; os manuais de ensino; a nomeação dos reitores; os serviços de inspecção e a estatística.

As diversas organizações e reorganizações que o Ministério foi sofrendo ao longo dos anos, nomeadamente no período da 1.^a República, foram, também, atribuindo a este organismo diferentes designações. Em Outubro de 1936, pelo Decreto-Lei nº 27 084, passa a denominar-se Direcção-Geral do Ensino Liceal, designação que se irá manter até 1971.

Sucedem-lhe a Direcção-Geral do Ensino Secundário (1971-1987), a Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (1987-1993) e, finalmente a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (1993-2011).

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Contém documentação produzida no desempenho das funções de superintendência na gestão dos Liceus, na aplicação das políticas educativas definidas a nível governamental, para este grau de ensino. Destacam-se dos assuntos tratados: Classificação dos Liceus (nacionais, provinciais, municipais); Actividade docente; Planos de estudos; Matrículas, frequências e exames; Disciplina; Instalações e apetrechamento escolar.

Neste fundo foram identificadas as seguintes séries documentais: Aquisição de mobiliário e material para os liceus (1933-1939); Assistência escolar (1957); Bolsas de estudo e isenção de propinas (1932/1961); Concursos (1931-1956); Condecorações (1955); Constituição de turmas e frequência escolar (1946-1957); Consultas, circulares, normas e regulamentos (1930-1986); Contratos de professores (1937-19--); Diuturnidades (1924-1925); Equivalências (1941-1952); Estatística (1940-1966); Exames (1931-1955); Exames de estado (1940-1942); Folhas de informação relativas a professores (1932-19--); Horários dos liceus (1937-1947); Inquéritos e sindicâncias (1911-19--); Inventários (1928); Manuais escolares (1906-1962); Nomeação e colocação de professores 1929-1951); Orçamentos (1933-1957); Pessoal (1932-1966); Prémio nacional (1937-1952); Processos disciplinares e de reintegração (1909-1969); Processos Diversos (1911-1965); Provas de exame: enunciados (1949-1948); Relatórios de professores e reitores (1934-1965).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Fontes documentais relacionadas

Coleção dos relatórios de actividades dos professores e coleção dos relatórios de actividades dos reitores da Inspeção do Ensino Liceal

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

INSPECÇÃO DO ENSINO LICEAL

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEL/IEL

Título

Inspecção do Ensino Liceal

Datas

1947-1971

Dimensão

20, 64 m.l. - 129 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Subfundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Liceal, Inspeção do Ensino Liceal

História administrativa

Após a proclamação da República, a Lei n.º 12 de 1913 criou o Ministério da Instrução Pública do qual ficaram dependentes todos os serviços de instrução, à exceção das escolas profissionais dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha e da respetiva inspeção. A inspeção do ensino primário ficou a depender da Direcção Geral da Instrução Primária e a dos liceus ficou a cargo de um Conselho de Inspeção a funcionar junto da Direcção Geral do Ensino Secundário.

Em 1933, os serviços de orientação pedagógica e inspeção foram reorganizados, tendo os do ensino primário e os do ensino secundário ficado integrados nas respetivas Direcções Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos do ensino particular ficou na dependência da Inspeção Geral do Ensino Particular, organismo criado para o efeito, pelo Decreto n.º 22842, de 18 de julho. Assim continuaram, mesmo após a publicação da Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, que remodelou o Ministério da Instrução Pública e criou o Ministério da Educação Nacional.

O Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, que reformou as estruturas e os serviços do Ministério da Educação Nacional, criou a Direcção Geral do Ensino Básico da qual passou a depender a inspeção do ensino primário, continuando a do ensino secundário, que incluía o ciclo preparatório, integrada na Direcção Geral do Ensino Secundário e a do ensino particular na Inspeção-Geral do Ensino Particular.

A explosão escolar verificada no decurso da década de setenta reclamou uma nova organização e definição das estruturas centrais do Ministério da Educação, apontando para a criação de Serviços Centrais com funções distintas. Era necessário separar as funções executivas das funções de controlo, até então no âmbito das direcções

gerais de ensino.

Nesta perspectiva, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 540/79, de 31 de dezembro, a Inspeção-Geral de Ensino, organismo dotado de autonomia administrativa, ao qual ficaram a caber as funções de controlo pedagógico, administrativo-financeiro e disciplinar do subsistema de ensino não superior.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este subfundo é constituído pela coleção dos relatórios anuais de atividades dos reitores e pela coleção dos relatórios anuais de atividades dos professores.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Catálogo on-line

Data de descrição

2009-05-29; 2014-06-18

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGEP

Título

Direcção-Geral do Ensino Primário

Datas

1932-1971

Dimensão e suporte

980 m.l. – 624 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

73
cx. 2490

1870 1870 1870

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO
ESCOLAS

Até aos 50 anos
Depois dos 50 anos

Nome da professora: *Maria de Jesus Alves*

Registo biográfico

Do professor: *Maria de Jesus Alves*
nascida no dia *16* de *Setembro* de *1908*, na localidade de *Valongo das Rãs*, freguesia de *Valongo das Rãs*, concelho de *Alfama da Moura*, distrito de *Algarve*, filho de *António Augusto de Sousa* e de *Maria de Jesus*.
Estado (a) *casada com António Francisco Pereira de Sousa em 1-1-1935*

Bilhete de identidade

N.º	datado de	de	de
N.º	datado de	de	de
N.º	datado de	de	de
N.º	datado de	de	de
N.º	datado de	de	de
N.º	datado de	de	de

Carreira de professora N.º 54224

(a) Quando casado, mencionar o nome e profissão do outro cônjuge e a data do casamento; em cada mudança de estado fazer o respectivo averbamento e indicar sempre a data.

6013 - IMPRENSA NACIONAL - 1954-1958

Registo biográfico de professora

DGEP cx 2490 doc 73

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Primário

História administrativa

A designação de Direcção-Geral do Ensino Primário, aparece em 1932, no diploma que cria a Repartição de Educação Física (Decreto n.º 21:034 de 18 de março de 1932), mas só em 1933, com a publicação do Decreto n.º 22 369, de 30 de Março de 1933, em que se procede a uma reorganização profunda dos seus serviços é que esta designação adquire um carácter permanente. Assim a "superintendência dos serviços do ensino primário da República e das ilhas adjacentes compete à Direcção-Geral do Ensino Primário do Ministério da Instrução Pública". Dela fazem parte os seguintes serviços: Ensino primário - infantil, elementar e complementar; a preparação para o magistério primário (escolas do magistério primário e Instituto António Aurélio da Costa Ferreira); a protecção aos órfãos e filhos dos professores do ensino primário (Instituto Sidónio Pais). Competem-lhe também as seguintes funções: a direcção e administração dos serviços dela dependentes; a orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino; a inspecção e as atribuições disciplinares.

Esta Direcção-Geral foi objecto, ao longo dos anos, de algumas remodelações, quer específicas quer as decorrentes da alteração das designações e reestruturações orgânicas do Ministério da Educação.

Com a reforma global de que este Ministério foi objecto, em 1971, levada a cabo pelo então Ministro Veiga Simão, a Direcção-Geral do Ensino Primário passa a designar-se Direcção-Geral do Ensino Básico, pelo Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro, que promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional. Em 1973 é publicado o diploma que estrutura a orgânica daquela Direcção-Geral (Decreto-Lei nº 45/73 de 12 de fevereiro), nela concentrando todas as "funções pedagógicas e disciplinares relativas ao ensino básico".

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este fundo é constituído pelas seguintes séries documentais: Assistência escolar (1952-1970); Autorização para casamentos (1928-1954); Bibliotecas escolares (1954-1970); Boletins, exames de Estado (1955-1973); Bolsas de estudo e Isenção de Propinas (1953-1967); Cadastro (1932-1972); Circulares (1945-1972); Classificação de serviço (1956-1965); Concurso de professores (1920-1964); Condecorações (1946-1973); Contabilidade (1953); Contratação e documentação de pessoal (1953-1954); Cursos de aperfeiçoamento (1951); Diplomas de funções públicas (1943-1946); Direcções escolares (1954-1970); Diuturnidades de professores (1927-1952); Escola Portuguesa (1958-1963); Escolas do Magistério Primário (1950-1974); Escolas móveis (1917-1923); Estatística (1900-1971); Estatutos das Caixas Escolares (1935-1942); Exames de admissão (1941-1974); Fichas de inspecção (1958-1959); Inquéritos e sindicâncias (1913); Inspecção, Avaliação e Classificação de Documentos (1958-1974); Instituto do Presidente Sidónio Pais (1936-1968); Júris de Exames (1954-1956); Legados, construção e reparação de edifícios escolares e criação de lugares –

(1924-1970); Licenças e aposentações (1930-1952); Livros de contas correntes (1949-1954); Livros de registo de actas (1933-1956); Manuais escolares (1916-1958); Matrículas e transferências (1954-1971); Missões de difusão de cultura popular (1958-1960); Nomeação e colocação de professores (1912-1965); Pagamento de serviços e diversos encargos (1936-1960); Palestras pedagógicas (1918-1935); Postos escolares (1927-1961); Processos disciplinares e de reintegração; Processos Diversos (1833-1970); Regentes Escolares (1939-1976); Registo de Entradas (1960); Registos Biográficos (1868-1955); Relatórios (1936-1953); Relatórios de inspectores (1938-1963); Requerimentos de Cursos de Adultos (1953-1962); Trabalhos Escolares (1972); Vacaturas (1956-1958); Vencimentos e outros abonos (1927-1960).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR E BELAS ARTES

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGESBA

Título

Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes

Datas

1930-1971

Dimensão

40 m.l. - 250 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome do produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes

História de produtor

A Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes é criada pelo Decreto nº 18 082, de 12 de março de 1930, na dependência do Ministério da Instrução Pública. Compete-lhe tratar de todos os assuntos referentes às Universidades e respectivo ensino, Academias e Sociedades Científicas e Literárias; Escolas de Belas Artes e Conservatórios bem a gestão corrente dos mesmos. Compete-lhe, também, superintender nos Museus, Monumentos Nacionais, Teatros, Bibliotecas e Arquivos, bem como na apreciação de trabalhos artísticos e na propriedade literária e artística e científica.

A estrutura orgânica desta Direcção-Geral mantém-se quase inalterada até 1971, quando o então Ministro Veiga Simão leva a cabo "uma reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério da Educação Nacional", passando a designar-se Direcção-Geral do Ensino Superior e as suas competências a centrarem-se na preparação e execução "de todas as decisões que ao Governo pertença tomar no que respeita" aos estabelecimentos do ensino superior. A lei orgânica desta Direcção-Geral é publicada pelo Decreto-Lei n.º 581/73, de 5 de novembro.

As competências referentes ao fomento e coordenação da acção cultural do Ministério da Educação, bem como à gestão, conservação e valorização dos bens patrimoniais passam a fazer parte das atribuições da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, criada pelo mesmo diploma.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este fundo contém as seguintes séries documentais: Circulares (1932-1948); Colecção de fotografias (s.d.); Livros de atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª e 3ª Circunscrição; Copiador de ofícios (1922); Criação de estabelecimentos de ensino (1962-1964); Exames (1935-1957); Instalações (s.d.); Livros de actas (1932-1962); Pessoal (s.d.); Processos disciplinares e de reintegração, inquéritos e sindicâncias (1919-1975); Processos diversos (1929-1966); Relatórios (1933); Vencimentos e outros abonos (1928-1935).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Materiais associados

Junta Nacional de Educação

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO TÉCNICO

Código de referência

PT/MESG/AAC/DGET

Título

Direcção-Geral do Ensino Técnico

Datas

1929-1974

Dimensão

36, 16 m.l. - 226 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Técnico

História administrativa

Anteriormente à criação desta Direcção-Geral, no Ministério da Instrução Pública, pelo Decreto nº 16 729, de 13 de abril de 1929, todos os serviços que superintendiam o ensino técnico, estavam dispersos pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e mais tarde pelo Ministério do Comércio e Comunicações e da Agricultura. Competia à Direcção-Geral do Ensino Técnico a organização dos Institutos e Escolas Técnicas (de agricultura, comerciais e industriais) e respectiva legislação; criação, transformação ou supressão das referidas escolas; superintendência na gestão corrente das mesmas e na elaboração dos respectivos programas e manuais, bem como na acção disciplinar.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Deste fundo, constam as seguintes séries documentais: Actividades audiovisuais (1959-1964); Administração das escolas (1954-1955); Alterações do quadro do pessoal docente (1963); Apetrechamento de laboratórios de Física e Química (1959-1963); Apetrechamento de oficinas de Carpintaria (1959-1963); Apetrechamento de oficinas de Electricidade (1959-1964); Apetrechamento de oficinas de Electromecânica (1959- 1964); Apetrechamento de oficinas Especializadas (1959-1964); Apetrechamento de oficinas de Serralharia (1959-1971); Apetrechamento de oficinas de Trabalhos Manuais (1959-1964); Aquisição de Material Escolar não Oficial (1959-1964); Bibliotecas (1959-1965); Boletins das Escolas Técnicas (1959-1964); Boletins de informação da PIDE (1948-1970); Bolsas de estudo (1955-1956); Cedência de instalações (1959-1966); Cedência e transferência de móveis e material escolar (1960-1968); Classificação profissional (1959-1964); Colecção de circulares (1953-1973); Colecção de fotografias (1970-1971); Comissão de compras (1959-1964); Comissão de patronato (1959-1964); Comissão de reapetrechamento de material (1959-1961); Concurso de provimento de pessoal (1946/1957); Construção e apetrechamento inicial de escolas (1950-1972); Consultas e informações (1959-1964); Criação de escolas (1970-1973); Criação de lugares de directores e subdirectores (1959-1964); Desastres no trabalho escolar (1951-1952); Equivalências (1949-1955); Estágios (1948-1954); Estudos diversos (1959-1964); Exames (1949-1961); Exames de Estado (1941-1950); Fornecimento de energia eléctrica às escolas (1959-1967); Fundações (1959-1964); Gabinete técnico-pedagógico (1959-1964); Horário das aulas e distribuição de serviço docente (1932-1970); Instalações das escolas (1959-1971); Instalações técnicas agrícolas (1959-1964); Legados e ofertas (1959-1964); Manuais escolares (1933-1965); Máquinas de escrever (1957-1964); Material de projecção (s.d.); Matrículas (1950-1955); Missões de aperfeiçoamento profissional (1959-1965); Obras nos estabelecimentos de ensino (1959-

1960); Orçamentos (1952-1983); Pessoal (1933-1954); Processos disciplinares e ou de reintegração, inquéritos e sindicâncias (1916-1956); Processos diversos (1925/1965); Produção útil das oficinas escolares (1959/1964); Programas (1952/1954); Propostas - máquinas e ferramentas (1959/1964); Reformas e regulamentos (1959/1964); Relações de faltas de pessoal docente (1961/1964); Relatórios das Escolas Técnicas (1952/1969); Requerimentos de alunos (1947/1955); Serviços de inspecção (1959/1964); Vencimentos e outros abonos (1030/1932).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Código de referência

PT/MESG/AAC/GEP

Título

Gabinete de Estudos e Planeamento

Datas

1965-1992

Dimensão

4, 80 m.l. - 30 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Gabinete de Estudos e Planeamento

História administrativa

Criado no âmbito do Ministério da Educação pelo Decreto-Lei n.º 46 156, de 16 de janeiro de 1965, com a designação de Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, só em 1972 é publicada a respectiva Lei Orgânica, pelo Decreto-Lei nº 485/72, de 2 de dezembro.

Enquanto órgão de concepção, coordenação e apoio, competia-lhe estudar elementos relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, contribuindo para a formulação da política geral do sector. Pela sua acção foram realizados, pela primeira vez em Portugal, com carácter regular e sistemático, vários estudos e trabalhos de pesquisa educacional, nomeadamente em cooperação com a OCDE. Foi, aliás, na sequência da colaboração com esta organização internacional que surgiu a ideia da criação do GEPAE, cujas tarefas iam "desde a recolha de dados estatísticos, realização de inquéritos, obtenção e ordenação da documentação necessária, estudo de problemas demográficos e económicos, levantamento de cartas, análise de técnicas pedagógicas, exame comparativo de técnicas escolares, até à preparação, em resultado de todo esse esforço, de planos e reformas."

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) sucede, em 1971, no quadro de uma reestruturação global do então designado Ministério da Educação Nacional, ao Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE).

O GEP manteve, no essencial, as funções de planeamento do seu antecessor, realizando estudos e trabalhos de pesquisa nas áreas da educação e ensino, herdando, porém, outras competências,

nomeadamente no que respeita ao programa de expansão da rede escolar. Irá também desempenhar um importante papel na preparação e implementação da Reforma do Sistema Educativo, empreendida pelo então Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão (15 de janeiro 1970 a 25 de abril 1974), a qual viria a ser aprovada em 1973.

A reestruturação global que o Ministério sofreu novamente em 1987 (na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo) não teve repercussões de maior no GEP que, no essencial, manteve a orgânica e as funções que já possuía.

Em 1993, o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 133/93, de 26 de abril, determina a extinção, entre outros serviços, do Gabinete de Estudos e Planeamento. Com a nova reestruturação, o GEP dá lugar a um novo organismo: o Departamento de Programação e Gestão Financeira (DEPGEF), resultante da fusão do Gabinete de Estudos e Planeamento com o Gabinete de Gestão Financeira.

Em 1997, ocorrendo nova reestruturação, foi extinto o DEPGEF, voltando-se, em certa medida, à situação institucional que existia antes de 1993, tendo sido recriado o Gabinete de Gestão Financeira (GEF), enquanto em lugar do antigo GEP foi criado o Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), com a responsabilidade de promover, em estreita ligação com a vertente de avaliação do sistema educativo, a análise prospectiva e o planeamento estratégico do desenvolvimento do sistema.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à

sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Contém, entre outros, o arquivo do Secretariado da Reforma Educativa, proposta pelo Ministro da Educação, José Veiga Simão, sendo o secretariado uma estrutura com a competência de recolha, concatenação e estudo analítico de todas as críticas enviadas ao Ministério da Educação Nacional, decorrentes da ampla distribuição dos dois seguintes textos programáticos: "Projecto do Sistema Escolar" e "Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior".

Em 16 de janeiro de 1971, o país foi convidado pelo então Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, a pronunciar-se sobre estes dois documentos da maior importância para a reforma do ensino em Portugal. Os prazos fixados para a discussão pública tinham por limites 30 de abril e 15 de Junho com relação, respectivamente, a um e outro documento. Para ambos solicitava o ministro a atenção do público, convidando-o a analisar esses documentos e a emitir sobre eles as opiniões que a sua leitura suscitasse.

Desta consulta pública resultou um volumoso material de arquivo, compilado e organizado pelo Secretariado da Reforma Educativa. Nomeadamente:

- Relatórios com os comentários enviados (Relatórios referentes ao projecto de Reforma Educativa);
- Relatórios-síntese dos comentários enviados, organizados de acordo com um código pré-estabelecido, em ordem à arrumação e posterior consulta do material compilado:

- Relatórios descritivos referentes ao Projecto do Sistema Escolar;
 - Relatórios descritivos e críticos referentes às Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior;
- Inclui, ainda, uma coleção de Pedidos de textos programáticos referentes ao Projecto do Sistema Escolar.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Catálogo parcial on-line

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

2010-09-27; 2014-06-18

GABINETE DO MINISTRO

Código de referência

PT/MESG/AAC/GM

Datas

1918-2009

Dimensão

11, 36 m.l. - 71 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Gabinete do Ministro

História administrativa

As funções que cabem a um gabinete ministerial foram evoluindo, à medida que a estrutura da própria administração pública se foi tornando mais complexa e o seu campo de acção mais diversificado.

A orgânica do Ministério da Educação, ao longo do tempo, reflecte o alargamento das suas áreas de intervenção, com consequências na complexidade da organização dos gabinetes ministeriais. Das competências do Gabinete destacam-se: a assessoria técnica na definição das políticas educativas e na promoção da sua execução; na regulação das relações do Ministério com os diversos serviços e com o exterior; na gestão da informação e da comunicação com os interlocutores institucionais e/ou privados do Ministro e com o público em geral; no exercício de funções protocolares e de confiança.

História custodial

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este fundo contém as seguintes séries documentais: Associações académicas (1952-1958); Comunicações de imprensa (1973); Conferências e reuniões (1956-1958); Estatutos (1966); Jornal "Notícias da Educação" (1991/1995); Legislação (s.d.); Livros de registo de audiências (1928-1929); Livros de registo de correspondência (1942-1969); Oposição ao

regime (1919-1962); Ordens de serviço (1955-1957); Prémios e louvores (1939); Processos disciplinares e inquéritos (1949-1956); Processos diversos (1973-1978); Registo de correspondência (1952-1985); Relatórios (1941-1973); Ordens de serviço (1955-1957); Vencimentos e outros abonos (1918-1932).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

GRUPO DE TRABALHO ARQUIVO, MUSEU, BIBLIOTECA E CENTRO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Código de referência

PT/MESG/AAC/GM/GTAMBCEHE

Título

Grupo de Trabalho Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Estudos em História da Educação

Datas

1996-1997

Dimensão

4,5 m.l. – 50 doss.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Subfundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Gabinete do Ministro, Grupo de trabalho Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Estudos em História da Educação

História administrativa

O despacho n.º 218/ME/96, exarado a 1 de julho de 1966 pelo Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, criou este grupo de trabalho com o objetivo de estudar as características da instalação e funcionamento de um Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em articulação com um Centro de Estudos em História da Educação, um Museu da Educação e uma Biblioteca de apoio a estas atividades.

Ao grupo competia:

- “Definir objetivos, atribuições e atividades a desenvolver pelo Arquivo Histórico do Ministério da Educação, bem como as características e exigências de recursos que lhe devem ser atribuídos, e elaborar um Programa Preliminar de Instalação do Arquivo;
- Definir objetivos, acervo, características e estratégia de criação de um Museu (ou de uma rede de museus) da Educação, implicando, por um lado, uma função normativa e de levantamento/caracterização por parte do Ministério da Educação, e, por outro, a procura de soluções protocoladas e negociadas com municípios, outros museus públicos e entidades várias;
- Caracterizar a biblioteca de apoio ao Arquivo/Museu/Centro de Estudos, identificando os seus objetivos, conteúdos e exigências de funcionamento;

- Identificar objetivos e modalidades de funcionamento de um Centro de Estudos ligado ao Arquivo Histórico, em articulação com escolas do Ensino Superior, para produção de instrumentos de apoio à investigação histórico-educacional e dinamização de atividades científicas de divulgação histórica”.

Criado na direta dependência do Ministro da Educação, o Grupo e Trabalho recebeu da Secretaria-Geral o apoio logístico necessário ao seu funcionamento.

História custodial

Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), o arquivo do Grupo de Trabalho Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Estudos em História da Educação foi transferido para a Secretaria-Geral do Ministério da Educação que passou a ter competência na salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002).

Fonte imediata de aquisição

Transferência, d. 2003.

Sistema de organização

O subfundo é constituído pelas seguintes séries documentais: Membros e colaboradores (currículos e pagamentos); Planeamento e controlo das ações; Materiais e equipamentos; Relatórios de grupos; Levantamento das escolas secundárias; Levantamento nos serviços centrais, regionais e entidades exteriores ao Ministério da Educação; Relatório final.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade do Grupo de Trabalho no domínio das funções definidas pelo diploma legal que o criou.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Materiais associados

Fundo do Instituto Histórico da Educação

Entidades detentoras

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

NÓVOA, António (Coord.) – *Instituto Histórico da Educação: estudo realizado pelo grupo de trabalho criado pelos despachos n.º 137/ME/96, de 1 de julho e n.º 218/ME/96, de 25 de setembro*. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Data de descrição

2014-06-26

GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A COMEMORAÇÃO DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Código de referência

PT/MESG/AAC/GTMECDP

Título

Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses

Datas

1988-2001

Dimensão

70 m.l. – 305 cx. e 58 doss.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Subfundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Gabinete do Ministro da Educação, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses

História Administrativa

Este grupo foi criado pelo despacho conjunto n.º 15/ME/MA/89, de 2 de Fevereiro. Ponderadas a especificidade e a relevância do sector da educação e das actividades a desenvolver no âmbito do mesmo para as Comemorações dos 500 Anos dos Descobrimentos Portugueses, foi determinada a constituição de uma estrutura autónoma, o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, fixando-se do mesmo passo a sua composição, posteriormente alterada pelo despacho conjunto n.º 20/ME/92, de 27 de Fevereiro.

Cessou funções a 31 de agosto de 2001 (despacho n.º 471/2001, DR, II série, n.º 9, de 11 de janeiro de 2001, p. 493).

Competia ao Grupo de Trabalho:

- “Promover por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades a elaboração de textos e outros meios e materiais didáticos, designadamente do tipo audiovisual, destinados a crianças que frequentam os ensinos básico e secundário;
- Propor e promover a organização de iniciativas variadas (exposições, sessões culturais, visitas guiadas, concursos de textos, de desenhos, de trabalhos manuais e outras), tendo como referência os Descobrimentos Portugueses);

- Promover ações de sensibilização e firmação junto de professores do ensino básico e secundário, visando a exploração de temas, experiências e acontecimentos associados aos Descobrimentos Portugueses;
- Propor outras tarefas que entender, nomeadamente projetos educativos especiais num número restrito de escolas, no âmbito de atividades curriculares e extra-curriculares”.

Este grupo de trabalho recebeu apoio logístico e administrativo da Direcção-Geral do Ensino Básico e secundário.

História custodial e arquivística

O arquivo do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (GTMECDP) foi incorporado no Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira, entidade que o entregou ao extinto Instituto Histórico da Educação, conforme o auto de entrega assinado a 29 de novembro de 2001. Além do arquivo, foram transferidos também o fundo bibliográfico e o espólio museológico do extinto GTMECDP. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição

Incorporação mediante despacho (despacho n.º 471/2001, DR, II série, n.º 9, de 11 de janeiro de 2001, p. 493).

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade do Grupo de Trabalho no domínio das funções definidas pelo diploma legal que o criou.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Materiais associados

Coleção de livros do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses;

Espólio museológico do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses;

Arquivo da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo
Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas, Arquivo

Nacional da Torre do Tombo.

Data de descrição

2014-05-28

INSPEÇÃO-GERAL DO ENSINO PARTICULAR

Código de referência

PT/MESG/AAE/IGEP

Título

Inspeção-Geral do Ensino Particular

Datas

1931-1980

Dimensão

4 m.l. - 24 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Inspeção-Geral do Ensino Particular

História administrativa

Criada pelo Decreto n.º 20 613, de 5 de dezembro de 1931, com a dupla “necessidade de coligir em um só diploma as diferentes disposições legais publicadas acerca do ensino particular e ao mesmo tempo de determinar condições de exercício de atividades educativas e docentes dos institutos de ensino particular, que não tinham sido previstas, e de regulamentar convenientemente umas e outras”.

Compete a esta entidade exercer, por parte do Estado, a fiscalização estabelecida por lei, através dos inspectores e médicos escolares e outros funcionários dentro das respectivas aptidões oficiais.

O Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, que reformou as estruturas e os serviços do Ministério da Educação Nacional, criou a Direção Geral do Ensino Básico da qual passou a depender a inspeção do ensino primário, continuando a do ensino secundário, que incluía o ciclo preparatório, integrada na Direção Geral do Ensino Secundário e a do ensino particular na Inspeção-Geral do Ensino Particular

A explosão escolar verificada no decurso da década de setenta reclamou uma nova organização e definição das estruturas centrais do Ministério da Educação, apontando para a criação de Serviços Centrais com funções distintas. Era necessário separar as funções executivas das funções de controlo, até então no âmbito das direcções gerais de ensino. Nesta perspetiva, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 540/79, de 31 de dezembro, a Inspeção-Geral de Ensino, organismo dotado de autonomia administrativa, ao qual ficaram a caber as funções de controlo pedagógico, administrativo-financeiro e disciplinar do subsistema de ensino não superior. O mesmo diploma converte a Inspeção-Geral do Ensino Particular em Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este Fundo é constituído pelas seguintes séries documentais: Circulares (1978); Frequência e aproveitamento escolar (1940-1960); Processos diversos (1931-1935), Relatórios de estabelecimentos de ensino (1939-1980); Vencimentos e outros abonos (1931-1935)

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel e base de dados, acessíveis localmente.

Nota do arquivista

Existe no Arquivo Intermédio uma série documental de "Processos de Alvarás". A sua consulta carece da autorização da Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Data de descrição

2014-11-25

INSTITUTO ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA

Código de referência

PT/MESG/AAC/IAACF

Título

Instituto António Aurélio da Costa Ferreira

Datas

1929-1989

Dimensão

141 m.l. - 861 cx. e 33 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Instituto António Aurélio da Costa Ferreira

História administrativa

O Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (IAACF) foi criado em 1929 a partir do Instituto Médico-Pedagógico, secção dependente da Casa Pia de Lisboa. Em 1929, o Instituto é desanexado da Casa Pia pelo Decreto nº 16 662, de 27 de março, e integrado no Ministério da Instrução Pública. Na mesma altura, o referido Instituto é rebaptizado com o nome do seu principal fundador, entretanto falecido, António Aurélio da Costa Ferreira.

O IAACF vai dedicar-se ao internamento, tratamento e reeducação de crianças portadoras de deficiências (mental, visual, motora e auditiva). Objecto de várias reformas, o Instituto passa a depender, sucessivamente, da Direcção-Geral do Ensino Primário (Decreto n.º 25 637, de 19 de junho de 1935), da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto n.º 31 801, de 26 de dezembro de 1941), da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Decreto n.º 45 461, de 24 de dezembro de 1963) e da Direcção-Geral do Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro de 1971).

Apesar de inúmeras vicissitudes, o IAACF vai adquirir uma longa tradição de observação e de ensino no domínio médico-psico-pedagógico e mantém, ao longo dos anos, as seguintes funções:

- Observar e orientar menores afectados por doença ou deficiência mentais através da consulta externa ou do internamento. Apresentadas pelas próprias famílias ou por estabelecimentos de ensino ou de assistência, as crianças eram "observadas, classificadas as anomalias de que sofriam e sempre aconselhados, quanto ao regime a seguir, os responsáveis pela sua educação." Por vezes, o diagnóstico exigia que se observasse a criança mais

demoradamente do que era possível fazê-lo numa consulta externa e que se prolongasse a observação durante um período mais abrangente;

- Seleccionar crianças que frequentavam as classes oficiais para seguirem o ensino nas classes especiais. Desde o início, o IAACF organizou "brigadas técnicas" para proceder à selecção de crianças portadoras de deficiência nos estabelecimentos de ensino e de assistência, quando solicitado pelas respectivas direcções. Para acolher estas crianças foram então criadas as classes especiais, estabelecidas junto de escolas oficiais primárias e técnicas, às quais o IAACF prestava orientação médico-pedagógica;

- Preparar professores e outros técnicos para o tratamento e ensino de crianças com graves problemas de aprendizagem através da organização de cursos de formação de professores do Ensino Especial, de cursos de reciclagem e de Pós-Graduação, a funcionar em Lisboa e no Porto, por períodos de dois semestres, em cada cidade. Assim é criado, em 1941, o "Curso de Preparação de Professores e outros Agentes de Ensino de Anormais"(2);

- Promover estudos da especialidade nos campos médico-pedagógico e psicossocial. Desde o início que um dos objectivos do IAACF era a constituição dum centro de investigação científica para fomentar o interesse pela médico-pedagogia e pela psiquiatria infantil, promovendo a realização de cursos livres, de conferências sobre matérias da especialidade e ainda a publicação de estudos e boletins que dessem conta dos trabalhos efectuados. Organizou, por exemplo, o IV Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil (1958) e o Congresso Nacional de Saúde Mental (1960). Publicou, entre 1942 e 1963, um boletim, "A Criança Portuguesa", para dar a conhecer e divulgar no país, como no estrangeiro, os problemas de saúde infantil. Convém ainda salientar que o Instituto possuía uma biblioteca notável de mais de 12 mil volumes sobre psicologia, psiquiatria infantil, médico-pedagogia e pedagogia, com uma secção de revistas da especialidade.

O IAACF é extinto em 1989 para dar lugar ao Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira (Decreto nº 435/89, de 18 de dezembro).

Por sua vez, o Instituto de Inovação Educacional é extinto pela Lei nº 16-A, de 31 de maio de 2002.

História custodial

O arquivo do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira foi transferido do extinto Instituto de Inovação Educacional para o extinto Instituto Histórico da Educação a título de depósito, conforme o protocolo assinado entre estes dois institutos, a 7 de Setembro de 2000. Além do arquivo, foram transferidos também o fundo bibliográfico e o espólio museológico do extinto IAACF. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição

Transferência a título de depósito mediante protocolo assinado a 7 de setembro de 2000.

Âmbito e conteúdo

Este fundo é predominantemente constituído por processos de observação clínica que contêm, não só documentos textuais como desenhos técnicos e psicopedagógicos e fotografias. Entre eles, encontram-se as folhas de consulta, os processos de internamento e as fichas de inspecção de entrada de menores em internato. É constituído também por documentos relativos à organização e ao funcionamento das classes especiais. Entre

eles, destacam-se os processos dos alunos saídos das classes especiais, os processos dos alunos observados, não matriculados, as listas de formação das classes especiais, os inventários, os relatórios de actividades e análises individuais e a correspondência. Existem ainda outros grandes conjuntos documentais relativos ao curso de formação de professores do Ensino Especial, com as seguintes designações: processos individuais dos alunos e do pessoal docente, fichas de identificação, horários, pautas, organização e funcionamento dos cursos, projectos de reestruturação dos cursos e fichas de avaliação. Conservaram-se poucos documentos produzidos pelas funções-meio da instituição; existem apenas alguns livros de actas de reuniões dos vários órgãos de administração e gestão do Instituto, embora sobre uma cronologia muito curta.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Inventário on-line

Materiais associados

Coleção bibliográfica do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira;

Espólio museológico do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

MESQUITA, Maria Helena Ferreira de Pedro – *Educação especial em Portugal no último quarto do século XX*.

Salamanca: Faculdade de Educação, 2001;

PEREIRA, José Augusto de Oliveira - *O pensamento e a acção educativa de António Aurélio da Costa Ferreira*.

Coimbra: Universidade, 1995;

PEREIRA, José Augusto de Oliveira; FERREIRA, António Gomes - *António Aurélio da Costa Ferreira: um educador na primeira república*. Lisboa: Casa Pia, 1999.

Data de descrição

2007-06-05; 2014-06-18

INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Código de referência

PT/MESG/AAC/IASE

Título

Instituto de Acção Social Escolar

Datas

1973-1993

Dimensão

488,70 m.l. – 4 344 u.i.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Instituto de Acção Social Escolar

História administrativa

O Instituto de Acção Social Escolar foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, que promulga a Lei Orgânica do então Ministério da Educação Nacional. Em 11 de maio de 1973 pelo Decreto-Lei n.º 223/73, é aprovada a Lei Orgânica daquele Instituto, estando-lhe cometidas as seguintes atribuições: possibilitar os estudos, para além do ensino gratuito, a quem tenha capacidade intelectual para os prosseguir; proporcionar aos alunos de todos os graus de ensino os meios idóneos para a realização dos estudos nas melhores condições de aproveitamento; superintender nos serviços de saúde escolar.

O IASE passou a coordenar todas as atividades relativas à ação social em todos os graus de ensino até ao final do secundário.

Através do Decreto-Lei n.º 3/87, de 31 de outubro, passa a designar-se Instituto de Apoio Sócio-Educativo e, em 1991, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 82/91, de 19 de fevereiro, Instituto dos Assuntos Sociais da Educação.

Foi extinto em 1993, através do Decreto-Lei n. 133/93, de 26 de abril.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação

permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Este Fundo contém documentação relativa ao apoio social aos alunos dos diversos graus de ensino; ao serviço médico escolar; aos seguros escolares; ao exercício da contabilidade do Instituto e dos respectivos serviços.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. No entanto, existe documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Data de descrição

2008-09-12; 2014-06-18

INSTITUTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Código de referência

PT/MESG/AAC/IHE

Título

Instituto Histórico da Educação

Datas

1998-2002

Dimensão

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Instituto Histórico da Educação

História administrativa

O Instituto Histórico da Educação é criado pelo Decreto-Lei n.º 206/98, de 13 de julho.

Organismo de coordenação e execução da política do Ministério da Educação no domínio da salvaguarda e valorização do património histórico da educação, nasce com a tripla função de conservar, investigar e divulgar os testemunhos da memória educativa.

De forma genérica, eram atribuições do Instituto Histórico da Educação:

- “a) Coordenar e executar as orientações e directrizes gerais sobre política cultural, emanadas pelo ministro da tutela, no âmbito dos arquivos e do património bibliográfico, museológico e arquitectónico sob a responsabilidade do Ministério da Educação;
- b) Salvaguardar e valorizar o património arquivístico, bibliográfico, museológico e arquitectónico detido pelo Ministério da Educação, bem como por outras entidades do sistema educativo, promovendo- o enquanto fundamento da memória colectiva dos indivíduos e das organizações escolares;
- c) Promover a investigação científica e a reflexão pedagógica no domínio da história do ensino e da educação”.

A um nível mais específico, competia ao Instituto Histórico da Educação na *área dos arquivos*:

- “a) Promover a criação e coordenar o sistema dos arquivos dependentes do Ministério da Educação;
- b) Emitir, em articulação com o IAN/TT, directrizes, regulamentos e normas sobre produção de documentos e organização e gestão dos arquivos dos vários organismos e serviços de âmbito central, regional e local do Ministério da Educação, bem como dos arquivos de outras entidades do sistema dos arquivos da educação;
- c) Apoiar tecnicamente os serviços e organismos centrais do Ministério da Educação na organização e gestão dos seus arquivos correntes;

- d) Supervisionar as actividades arquivísticas do serviço de arquivo intermédio integrado na Secretaria-Geral do Ministério da Educação;
- e) Adquirir, conservar e comunicar, por qualquer modalidade, os arquivos dos órgãos, serviços e organismos centrais do Ministério da Educação e de outras entidades do sistema educativo que evidenciem valor de conservação permanente;
- f) Promover a conservação e comunicação dos arquivos dos serviços e organismos do Ministério da Educação de âmbito regional e local;
- g) Prestar o apoio considerado necessário à salvaguarda e valorização dos arquivos de entidades privadas da área da educação, integradas no sistema de arquivos da educação;
- h) Promover, em colaboração com o IAN/TT, a formação nas áreas da arquivística e disciplinas afins”.

Na área do património bibliográfico, incumbia ao Instituto Histórico da Educação:

- “a) Constituir e organizar uma biblioteca de apoio às actividades do IHE e à investigação científica;
- b) Adquirir, conservar e divulgar espécies bibliográficas com interesse histórico nos domínios do ensino e educação;
- c) Promover a criação e coordenar uma rede de fundos bibliográficos com interesse histórico no Ministério da Educação, em articulação com a Biblioteca Nacional;
- d) Prestar o apoio técnico e financeiro necessário à conservação e divulgação das espécies bibliográficas com interesse histórico detidas por outras entidades do sistema da educação.

O legislador conferiu ainda a esse organismo competências *na área do património museológico e arquitectónico*, nomeadamente:

- a) Propor normas e directrizes sobre salvaguarda e divulgação do património museológico e arquitectónico relativos à educação e ao ensino, em articulação com organismos do Ministério da Cultura, nomeadamente o Instituto Português

de Museus e o Instituto Português do Património Arquitectónico, e do Ministério da Educação, nomeadamente o Departamento de Gestão dos Recursos Educativos;

b) Proceder à inventariação sistemática do património histórico referido na alínea anterior, ouvido o Instituto Português de Museus;

c) Promover a criação e prestar apoio técnico e financeiro a uma rede de núcleos museológicos, ouvido o Instituto Português de Museus;

d) Promover a aquisição de património museológico e arquitectónico com manifesto interesse cultural, ouvido o Instituto Português de Museus;

e) Divulgar e promover a divulgação do património museológico e arquitectónico com interesse para a história do ensino e da educação, designadamente através da exposição temporária e da edição, ouvido o Instituto Português de Museus”.

A acção do Instituto Histórico da Educação devia também estar directamente relacionada com o trabalho de investigação. Para o efeito, foi criado no Instituto um centro de estudos para:

“a) Realizar e divulgar trabalhos, investigações e estudos históricos no domínio do ensino e da educação;

b) Apoiar a investigação em história da educação, nomeadamente através da produção de instrumentos de referência para o trabalho científico;

c) Produzir, no âmbito das suas atribuições e competências, estudos e relatórios dirigidos aos agentes educativos e, em particular, de apoio à tomada de decisão técnico-pedagógica, política e administrativa”.

O Instituto Histórico da Educação, pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia científica, técnica e administrativa e património próprio, funcionou em regime de instalação, sendo dirigido por uma comissão instaladora composta por três membros.

Foi extinto pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio (capítulo II, art.º 2.º: Medidas de emergência com vista à consolidação orçamental). A sua extinção é “justificada por razões de modelo organizativo e de racionalidade de gestão no exercício das atribuições que lhe estavam cometidas” (ponto 3 do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de outubro).

História custodial e arquivística

Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 2003.

Sistema de organização

O arquivo do Instituto Histórico da Educação é constituído por secções: Instituto Histórico da Educação; Instalações; Pessoal; Contabilidade; Património e Econmato; Informática.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade do Instituto Histórico da Educação no domínio das funções definidas por legislação.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. No entanto, existe documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por inventariar

Materiais associados

Subfundo do Grupo de Trabalho Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Estudos em História da Educação

Entidades detentoras

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

NÓVOA, António (Coord.) – *Instituto Histórico da Educação: estudo realizado pelo grupo de trabalho criado pelos despachos n.º 137/ME/96, de 1 de julho e n.º 218/ME/96, de 25 de setembro*. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

Data de descrição

2014-06-23

JUNTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Código de referência

PT/MESG/AAC/JNE

Título

Junta Nacional de Educação

Datas

1936-1977

Dimensão

33, 76 m.l. - 211 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



Fotografia do atelier do pintor António Carneiro

JNE, cx. 249, proc. 60

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Junta Nacional de Educação

História administrativa

A Junta Nacional de Educação (JNE) foi criada pela Lei n.º 1 941, de 11/04/1936, sendo um órgão técnico e consultivo superior, que funcionava junto do Ministro. Sucede à Junta de Educação Nacional criada pelo Decreto nº 16 381, de 16 de janeiro de 1929, com competências alargadas a outras áreas de intervenção.

Tinha como atribuição principal o estudo das questões da educação e do ensino, das belas-artes e da "alta cultura", a emissão de pareceres sobre os mesmos, bem como a formulação, por sua iniciativa, de propostas ou sugestões sobre assuntos relativos à educação nacional.

Pelo Decreto-Lei nº 26 611, de 19 de Maio de 1936, a JNE tinha as seguintes competências: "1º Proceder, dentro das directrizes definidas pelo Ministro, aos estudos preparatórios de qualquer decreto, regulamento ou proposta de lei e elaborar os relatórios justificativos;

2º Fazer a revisão de quaisquer projectos de decreto, regulamento ou proposta de lei que lhe sejam submetidos, restrita à correcção técnica do texto e à unidade orgânica de toda a legislação;

3º Promover inquéritos e experiências pedagógicas, bem como oferecer alvitre tendentes ao progresso da legislação e ao aperfeiçoamento dos serviços;

4º Articular os diversos ramos do ensino e definir os limites dos respectivos programas, com observância da ordem lógica das matérias e abstenção de tudo o que fosse inútil ou pedagogicamente dispensável;

5º Orientar pela política do espírito a acção da escola, no sentido da formação moral e intelectual, da consciência da Nação e do dever de servi-la, em todas as circunstâncias, dentro da ordem social constitucionalmente estabelecida;

6º Estudar o problema da preparação e do aperfeiçoamento do professorado, tendo em vista a aptidão pedagógica, a posse do método e o espírito nacional, adquiridos e revelados em um estágio conveniente;

7º Orientar a política pedagógica no sentido de se criarem estímulos à iniciativa privada nos domínios da educação, para maior cooperação do ensino particular com a família e com o Estado, sem prejuízo da indispensável fiscalização por este;

8º Difundir os métodos específicos para a educação dos amblíopes e outros anormais, quer mediante a acção do Estado, quer estimulando a iniciativa particular;

9º Emitir parecer sobre a equiparação de habilitações, ainda que adquiridas no estrangeiro, em relação às ministradas pelas escolas portuguesas, bem como organizar as provas de equivalência que pudessem ser requeridas, designadamente para os filhos de portugueses, nos termos da base XI da lei nº 1 941, quando não houvesse disposição legal aplicável ou a resolução de um precedente não assentasse em princípios que devessem ser mantidos;

10º Promover a instituição de bolsas escolares pecuniárias, com a colaboração dos municípios e outras entidades públicas ou particulares, para estudantes pobres de elevada capacidade moral e intelectual rigorosamente comprovada, e de prémios nacionais para os melhores estudantes, os quais consistiriam preferentemente em visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesas;

11º Responder a todas as consultas que, por determinação da lei ou por despacho ministerial, lhe fossem apresentadas;

12º Fazer as indicações bibliográficas para a constituição da biblioteca do Ministério da Educação Nacional, de modo a corresponder, permanentemente, tanto à evolução doutrinal e legislativa como às necessidades culturais da Nação".

A sua estrutura orgânica sofreu várias alterações ao longo do tempo, nomeadamente em 1965, mantendo-se,

contudo, a divisão em secções e estas em sub - secções, que funcionavam em sessões plenárias.

A Junta Nacional de Educação é extinta pelo Decreto-Lei n.º 70/77, de 25 de fevereiro.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da Junta Nacional de Educação no domínio das funções definidas por legislação.

Sistema de organização

Organização segundo critérios orgânicos e funcionais.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Catálogo inserido em base de dados, acessível localmente

Materiais associados

Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes;

Relação complementar: livros de registo de actas das várias secções e do Conselho Permanente da Acção Educativa, livros relativos à contabilidade da Junta Nacional de Educação.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo;

Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Direcção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Data de descrição

2005-2007; 2014-06-18

MOCIDADE PORTUGUESA

Código de referência

PT/MESG/AAC/MP

Título

Mocidade Portuguesa

Datas

1938-1975

Dimensão

5 m.l. - 27 cx. e 12 mf.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



ONMP, cx. 2502, doc. 20

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Mocidade Portuguesa

História administrativa

Organização instituída pelo Decreto-Lei nº 26 611, de 19 de maio de 1936, abrange toda a juventude, escolar ou não, e tem por fim estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares. O seu Regulamento foi publicado em 4 de dezembro de 1936.

Criada pela Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina tem regulamento publicado por Decreto de 8 de Dezembro de 1937, dia da Imaculada Conceição. Este Regulamento apresenta a mesma estrutura e conteúdo do da Mocidade Masculina, com particularidades derivadas da diferença de sexos. Segundo o seu articulado a "organização cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho colectivo, o gosto da vida doméstica e as várias formas do espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado".

O objectivo último destas organizações, que reflectiam os valores ideológicos do Estado Novo, era de um modo geral contribuir por todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa.

Ambas as organizações foram extintas pelo Decreto-Lei nº 171/74, de 25 de Abril. O Decreto-Lei n.º 459/74, de 13 de Setembro, determina que todos os bens das extintas Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina ingressem no património do Estado e que o Ministério da Educação e Cultura assumia com efeitos a partir da data da sua extinção os direitos e obrigações dos referidos organismos.

História custodial e arquivística

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Uma parte da documentação destes dois organismos encontra-se microfilmada, correspondendo as designações que se seguem, mais do que a verdadeiras séries documentais, a listagens de assuntos, levantados aquando da remessa da referida documentação para a Secretaria-Geral, pela Comissão Liquidatária da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina: Actividades culturais, Comissões, Contabilidade, Estabelecimentos de Ensino, Professores, Instruções e informações, Livros de contas correntes, Livros de registo de correspondência, Ordens de serviço, Pessoal, Processos diversos, Processos individuais, Relatórios, Serviços sociais, Vencimentos e descontos. Integra também uma colecção de fotografias.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas da Mocidade Portuguesa;

Espólio Museológico da Mocidade Portuguesa;

Coleção de fotografias.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Direção-Geral dos Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Data de descrição

1996; 2014-06-18

OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código de referência

PT/MESG/AAC/OMEN

Título

Obra das Mães pela Educação Nacional

Datas

1936-1975

Dimensão

0, 16 m.l. - 1 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Obra das Mães pela Educação Nacional

História administrativa

Nos termos do artigo 58.º do regimento da Junta Nacional da Educação, aprovado pelo decreto-lei n.º 26 611, de 19 de maio de 1936, foram aprovados os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.), pelo decreto n.º 26 893, de 15 de agosto de 1936.

Criada para estimular a ação educativa da família e assegurar a cooperação entre esta e a escola, os fins da O.M.E.N. eram os seguintes:

- “Orientar as mães portuguesas, por uma ativa difusão das noções fundamentais de higiene e puericultura, para bem criarem os filhos, em colaboração com a organização nacional denominada Defesa da Família (...);
- Estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar, tendo em conta as diversas circunstâncias de vida e de meio;
- Promover o embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo, em relação com os usos locais e as boas tradições portuguesas, defendendo e estimulando as atividades e indústrias caseiras;
- Defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, à leitura e aos divertimentos;
- Promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar, em complemento da ação da família;
- Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pelo fornecimento de uniformes e outros artigos de vestuário, pela distribuição dos livros e pelo fortalecimento das caixas escolares;
- Coadjuvar o professor na organização do recenseamento escolar, na vigilância da compostura, da assiduidade e

da aplicação dos alunos, e na instituição de prémios;

- Dar ao professor uma cooperação efectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares;
- Desenvolver entre os portugueses o gosto pela cultura física, tendo em vista a saúde de cada um e o serviço da pátria;
- Organizar a Mocidade Portuguesa Feminina (...);
- De um modo geral contribuir para todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa”.

A O.M.E.N. era orientada por uma junta central constituída por uma presidente, duas vice-presidentes e um número par de vogais, e nomeada pelo Presidente do Conselho. A ação permanente da O.M.E.N. era assegurada por uma direcção, delegada da junta central, constituída por uma presidente, uma vice-presidente e cinco vogais. A direcção era nomeada pelo Ministro da Educação Nacional.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 698/75, de 15 de dezembro.

Âmbito e conteúdo

O fundo é constituído por relatórios de atividades.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso.

Instrumentos de pesquisa

Inventário inserido em base de dados, acessível localmente

Data de descrição

2010-08-19; 2014-06-18

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Código de referência

PT/MESG/AAC/SGME

Título

Secretaria-Geral do Ministério da Educação

Datas

1916-1999

Dimensão

100,50 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral

História Administrativa

No decreto de criação do Ministério dos Negócios da Instrução Pública, de 22 de junho de 1870, aparece a referência ao "Secretário-Geral", e às suas atribuições e deveres. A figura da Secretaria-Geral surge apenas com a criação do Ministério dos Negócios da Instrução Pública e Belas Artes, em 5 de abril de 1890. Composta por duas Secções tinha a seu cargo respectivamente:

1ª Secção: os assuntos relativos ao pessoal; centralização das leis que tinham que ser submetidas à sanção régia; publicações científicas e literárias; superintendência sobre as bibliotecas e arquivos; contratos e resoluções relativas à administração interna e expediente do ministério, etc.

2ª Secção: Centralização e publicação de estatísticas; aquisição e assinatura de publicações literárias e científicas; organização do repertório alfabético e remissivo dos processos, papéis e documentos do arquivo do ministério; inventariação da mobília, alfaías e objectos pertencentes à secretaria de estado; Organização, guarda, conservação e catalogação da biblioteca e arquivo da secretaria de estado, etc.

Durante a vigência do Ministério da Instrução Pública (1913-1936), a Secretaria-Geral foi sucessivamente regulamentada pelo Decreto n.º 159, de 13 de outubro de 1913, pelo Decreto n.º 5 267, de 19 de março de 1919, e pelo Decreto n.º 5 617, de 10 de maio de 1919, e reorganizada pelo Decreto nº 16 481, de 8 de fevereiro de 1929. Com a criação do Ministério da Educação Nacional, este organismo foi novamente objecto de reorganizações através do Decreto-Lei n.º 32 241, de 5 de setembro de 1942, e do Decreto-Lei n.º 46 348, de 22 de maio de 1965.

Em 1971, foi reestruturado o Ministério da Educação, conforme Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro, e promulgada a Lei orgânica desta Secretaria-Geral pelo Decreto-Lei nº 201/72, de 19 de junho que reconhecia a este órgão de concepção, coordenação e apoio técnico administrativo do Ministério da Educação como competências, nomeadamente, a transmissão aos Serviços do Ministério e Organismos dele dependentes, das normas e instruções genéricas emanadas da Presidência do Conselho e dos membros do Governo.

Presentemente continua a missão de assegurar o apoio técnico, administrativo e logístico aos gabinetes dos membros do Governo, e aos demais órgãos e serviços do Ministério da Educação e Ciência, encontrando-se na sua dependência as áreas de actividade relacionadas com a prossecução de atribuições nos domínios da administração geral.

História custodial

Na sequência da criação do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, em 1989, a documentação produzida e recebida pelos organismos da tutela no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição

Transferência, d. 1989-06-30.

Âmbito e conteúdo

Neste fundo estão identificadas as seguintes séries documentais: Associações académicas; Circulares; Concursos

de Pessoal; Condecorações; Processos diversos; Documentos de contabilidade; Estatísticas; Processos de pessoal; Planos e Relatórios de actividades; Pontos de exames; Processos disciplinares e de reintegração, Inquéritos e Sindicâncias e Unesco/OCDE.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Nota do arquivista

Fundo parcialmente tratado

Data de descrição

1996; 2014-06-18

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Código de referência

PT/MESG/AAC/SGMCTES

Título

Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Datas

1997-2011

Dimensão

836 m.l., 1 478 doss. e 7 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria-Geral

História Administrativa

A Secretaria-Geral foi criada em 1997, integrada no Ministério da Ciência e da Tecnologia, no XIII Governo Constitucional (1995-1999), mantendo-se com a mesma estrutura orgânica no XIV Governo Constitucional (1999-2002). Em Abril de 2002, com a tomada de posse do XV Governo Constitucional (2002-2004) foi extinto o Ministério da Ciência e da Tecnologia e criado o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, tendo integrado os serviços e organismos anteriormente incluídos no extinto Ministério da Ciência e da Tecnologia e na Secretaria de Estado do Ensino Superior, do Ministério da Educação. Em Julho de 2004, o Ministério passou a incluir nas suas competências a Inovação, associada à Ciência e ao Ensino Superior, passando, por isso, a designar-se Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. Contudo, em Março de 2005, com a tomada de posse do XVII Governo, uma nova designação foi-lhe atribuída – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

No âmbito do Compromisso Eficiência, o XIX Governo Constitucional (2011-2015) determinou as linhas gerais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). A Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência (Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro) estabelece que o Ministério da Educação e Ciência sucede, nas atribuições anteriormente prosseguidas, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior. O citado diploma legal cria a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência com a extinção, por fusão, das Secretarias-Gerais do ME e do MCTES.

História custodial

Em 2012, na sequência da fusão da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a documentação produzida e recebida pela Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, considerada de conservação permanente, foi transferida do Palácio das Laranjeiras para o depósito de Camarate, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e comunicação.

Fonte imediata de aquisição

Transferência, d. 2012.

Sistema de organização

O arquivo é constituído pelas seguintes secções: Direção; Gestão financeira e patrimonial; Económico, património e manutenção; Planeamento e gestão de recursos humanos; Formação profissional; Jurídico-contencioso; Informação e relações públicas; Organização e gestão informática; Expediente e arquivo.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade do organismo no domínio das funções definidas por legislação.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumento de pesquisa

Inventário on line

Data de descrição

2013; 2014-06-18

ARQUIVOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Código de referência

PT/MESG/AEE

Título

Arquivos de estabelecimentos de ensino

Nível de descrição

Grupo de fundos

Sistema de organização

O grupo é constituído por 6 fundos: Conservatório Nacional, Escola Comercial de Machado de Castro, Escola Comercial de Rodrigues Sampaio/Escola Comercial D. Maria I, Escola Comercial de Veiga Beirão, Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues, Liceu Carolina Michaelis

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Conservatório Nacional

História administrativa

Criado em 5 de Maio de 1835, ficou decretado que o Conservatório de Música viria a instalar-se na Casa Pia de Lisboa. Em 1836 foram instituídos a Inspeção Geral de Teatros e Espectáculos Nacionais e o Conservatório Geral de Arte Dramática. Tendo este último incorporado o Conservatório de Música, foi seccionado em duas escolas, a Escola de Música e a Escola de Teatro e Declamação, que incluía uma disciplina de dança. A direcção das duas escolas estava a cargo dos seus mentores iniciais: João Domingos Bomtempo e Almeida Garrett, respectivamente. Após a abolição das Ordens Religiosas em Portugal, o Conservatório Dramático de Lisboa foi instalado no Convento dos Caetanos.

O Conservatório como as suas secções, ou escolas, passaram por várias fases a que corresponderam várias designações, sendo que, nem sempre as reformas ocorreram em simultâneo nestas duas áreas do ensino artístico, Teatro e Música:

- Conservatório de Música (1835);
- Conservatório Geral de Arte Dramática: Escola de Música e Escola de Teatro e Declamação (1836);
- Conservatório Real de Lisboa (1840);
- Conservatório Real de Lisboa: Secção Musical e Secção Dramática (1901);
- Conservatório Nacional de Lisboa: Secção Musical e Secção Dramática (1910);
- Conservatório Nacional de Lisboa - Secção Musical e Escola da Arte de Representar (1911);
- Conservatório de Lisboa: Conservatório Nacional de Música e Escola da Arte de Representar (1919);
- Conservatório de Lisboa: Conservatório Nacional de Música e Conservatório Nacional de Teatro (1927);

- Conservatório Nacional: Secção de Música e Secção de Teatro (1930).

História custodial e arquivística

O arquivo do Conservatório Nacional, produzido entre 1836 e 1945 foi doado ao extinto Instituto Histórico da Educação, conforme o protocolo assinado entre a Escola de Música do Conservatório Nacional e o referido Instituto, a 20 de março de 2001. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição

Doação mediante protocolo assinado a 20 de março de 2001.

Âmbito e conteúdo

O fundo é constituído pelas seguintes séries documentais: Abaixo-assinado de alunos; Abaixo-assinados do Diretor e professores da Escola de Música; Álbum de dedicatórias ao artista António Pedro; Aluguer do salão; Anúncios para jornais; Aparentamentos sobre História da Música Portuguesa; Atas das Conferências Gerais e Sessões Plenas; Atas das provas prestadas pelos pensionistas do Estado; Atas do Conselho de Arte Dramática; Atas do Conselho de Arte Musical; Atas do Conselho de Censura; Atas do Conselho de Direção da Escola de Música; Atas do Conselho Escolar do Conservatório de Lisboa; Atas do Conselho Teatral; Atividades do Chefe da Secretaria; Atribuição de subsídios a alunos; Audições escolares; Autos de doação; Autos de posses; Avaliação de desempenho; Avisos; Cadastro sanitário dos alunos; Catálogo de obras musicais; Coleção de atestados médicos e

certificados de vacinas; Coleção de atestados, certidões e certificados; Composição das turmas; Composição de júris; Concurso de pensionista do Estado; Concurso para impressos de exercício de solfejo; Concurso para o hino do exército e canção do soldado; Concursos de professores; Copiadores de correspondência expedida; Correspondência recebida; Enunciados dos exercícios do curso obrigatório; Enunciados das provas de exames; Estatística; Exposição de professores; Exposições dos candidatos a concurso para professor; Fichero de livros; Fichero de obras; Fichero de partituras; Folhas de receita e despesa; Folhas de vencimentos do pessoal efectivo, contratado e assalariado; Documentos de contabilidade: livro de caixa; contas de gerência, mapas e documentos de receitas e despesas das audições escolares, documentos de despesa, emolumentos da censura dramática; Horários dos exames; Justificações de faltas; Lista de distribuição do Boletim do Conservatório Nacional; Livro de exames; Livro de registo da correspondência expedida; Livro de registo de entrega de instrumentos oferecidos como prémio; Livros de mapas de colégios; Livros de porta; Mapas das notas, Mapas de frequência dos alunos da Secção de Música; Mapas de frequência dos alunos da Secção do Teatro; Mapas de frequência; Mapas dos prémios atribuídos a alunos; Matrículas dos alunos externos; Matrículas dos alunos internos; Pareceres da Censura Dramática; Pautas dos exames; Peças de teatro; Processos individuais de alunos; Processos individuais de pessoal docente, não docente e dirigentes; Programas de audições e concertos; Provas escritas de concursos a prémio; Provas escritas de exames; Recortes de jornais; Registo da frequência; Registo de assiduidade do pessoal da Secretaria; Registo de assiduidade dos alunos; Registo de assiduidades dos professores e dos monitores; Registo de entrada das obras na biblioteca; Registo de espectáculos; Registo de professores do ensino particular; Registo dos ordenados dos artistas; Regulamentos; Relações de alunos sem frequência que têm de fazer exame; Requerimentos de alunos; Requisições de bens e serviços.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em suporte papel, acessível localmente

Data de descrição

2000; 2014-06-18

ESCOLA COMERCIAL DE RODRIGUES SAMPAIO/ESCOLA COMERCIAL D. MARIA I

Código de referência

PT/MESG/AEE/ECRS-ECDMI

Título

Escola Comercial Rodrigues Sampaio/Escola Comercial D. Maria I

Datas

1883-1990

Dimensão

4 m.l. – 23 cx. e 11 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



3.^a Turma da Escola de Rodrigues Sampaio, 1927-1928

ECRS/ECDMI, cx. 1, doc. 3

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Escola Comercial Rodrigues Sampaio/Escola Comercial D. Maria I

História administrativa

Escola fundada a 30 de Agosto de 1883 pela Câmara Municipal de Lisboa, sob a égide do Dr. Teófilo Ferreira. Iniciou as actividades lectivas em Outubro de 1883, como Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, tendo sido nomeado para seu director o Dr. Adolfo Coelho (1847- 1919), no período entre 1883 a 1915.

A escola encontrava-se sediada no edifício da Escola Primária N.º 6, na Rua de Santa Isabel, em Lisboa. No entanto, devido às condições de insegurança e perigo de desabamento, foi transferida para a Rua do Sacramento, à Lapa, em Outubro de 1884, que também não apresentava grandes melhorias.

Em 1892 a escola passou a ser designada por “Escola Técnica Preparatória”, sendo tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e transferida para o Largo do Poço Novo, n.º 1.

Alguns cursos foram alterados e a população escolar cresceu grandemente, pelo que passaram a funcionar duas secções da escola, uma no Poço Novo, sob a direcção de Adolfo Coelho, e outra no Rato, com o subdirector Prof. Agostinho de Carvalho. Esta última tornou-se autónoma a partir de 5 de Abril de 1895, com a designação de Escola Industrial do Príncipe Real.

Adolfo Coelho marcou profundamente o modelo pedagógico aplicado na Escola Preparatória Rodrigues Sampaio, através de processos de ensino inovadores, novos programas e planos de curso. Pretendia-se dotar as classes com uma situação mais desfavorecida de um curso de 3 anos que permitisse uma preparação para a vida prática. Faziam parte do currículo as seguintes disciplinas: língua portuguesa, francês, inglês, matemática, ciências naturais, tecnologia, contabilidade e escrituração comercial, desenho, caligrafia, carpintaria, serralharia e ginástica. Em 1896 as condições físicas das instalações escolares atingiram um ponto de ruptura e fizeram-se algumas

obras que não solucionaram os problemas das infra-estruturas. O sucessor de Adolfo Coelho a partir de 1916, o seu filho Álvaro Coelho, propôs a construção de um novo edifício, construído de raiz para albergar a escola. Este problema acompanhará toda a existência da escola até à sua extinção.

Em 1948, pelo Decreto-Lei n.º 37029, de 25 de agosto, a Escola Rodrigues Sampaio passou a designar-se Escola Comercial Dona Maria I, tendo sido extinta em 1978, dando origem à Escola Secundária Dona Maria I.

História custodial

Este arquivo foi transferido para a extinta Direcção Regional da Educação de Lisboa e Vale do Tejo aquando da extinção da Escola Secundária David Mourão Ferreira. Em 2010, esta Direcção Regional doou à Secretaria-Geral o fundo.

Fonte imediata de aquisição

Doação por protocolo assinado em 2010.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da Escola Comercial de Rodrigues Sampaio (1883-1948), mais tarde designada Escola Comercial Dona Maria I (1948-1978) e Escola Secundária Dona Maria I (1978-1997) no domínio das funções definidas por legislação.

Sistema de organização

O fundo da Escola Comercial Rodrigues Sampaio é constituído por 19 séries documentais correspondentes às seguintes actividades: Administração e Gestão; Acção Social Escolar, Funcionamento Geral; Pessoal discente;

Recursos Financeiros; Recursos Humanos; Informação e Comunicação.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Inventário inserido em base de dados, acessível localmente

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas da biblioteca da Escola Comercial Rodrigues Sampaio;

Coleção de livros e publicações periódicas da biblioteca da Escola Comercial D. Maria I;

Espólio Museológico da Escola Comercial Rodrigues Sampaio/Escola Comercial D. Maria I.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de descrição

2011-05-30; 2014-06-18

ESCOLA COMERCIAL DE VEIGA BEIRÃO

Código de referência

PT/MESG/AEE/ECVB

Título

Escola Comercial Veiga Beirão

Datas

1917-1997

Dimensão

6 m.l. – 37 cx. e 5 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Escola Comercial de «Veiga Beirão»

Nome *António Ferreira*

1934

Dia	MESES DO ANO												Observações	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez		
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														
14														
15														
16														
17														
18														
19														
20														
21														
22														
23														
24														
25														
26														
27														
28														
29														
30														
31														

RESUMO

D — Faltas por doença.....

L — " " " ".....

N — " " " ".....

s p — " " " ".....

s j — " " " ".....

F — " " " ".....

Registo de assiduidade do
pessoal administrativo e menor
1934

ECVB, cx. 7

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Escola Comercial Veiga Beirão

História administrativa

Escola fundada em 1919 pelo Decreto n.º 5 787, de 10 de Maio. Foi nomeado seu director e professor de contabilidade, entre 1919 e 1943, o Dr. Raul Valentim Lourenço (1886-1965). A direcção deste homem, licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e aluno de Francisco António Veiga Beirão, foi determinante para o desenvolvimento da escola. Instalada provisoriamente na Calçada do Marquês de Tancos, n.º 10, na Costa do Castelo, funcionava apenas na parte da tarde, contando com um quadro de 9 professores.

Em 1941 foi transferida para o edifício do Largo do Carmo. Raul Valentim Lourenço foi exonerado do seu cargo em 1943, continuando a leccionar até 1955 na Escola Comercial Patrício Prazeres, acumulando o cargo de Director do Banco Ferreira Alves & Pinto Leite, com sede no Porto.

Em 1978, a Escola passa a designar-se Escola Secundária Veiga Beirão (Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de abril. Esta escola foi extinta em Julho de 1997, para dar origem à Escola Secundária David Mourão-Ferreira.

História custodial

Este arquivo fez parte dos arquivos transferidos para a extinta Direcção Regional da Educação de Lisboa e Vale do Tejo aquando da extinção da Escola Secundária David Mourão Ferreira. Em 2010, esta Direcção Regional doou à Secretaria-Geral o fundo.

Fonte imediata de aquisição

Doação por protocolo assinado em 2010.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da Escola Comercial de Veiga Beirão (1919-1978), mais tarde designada Escola Secundária Veiga Beirão (1978-1997), no domínio das funções definidas por legislação.

Sistema de organização

O fundo da Escola Comercial Veiga Beirão é constituído por 17 séries documentais correspondentes às seguintes actividades: Funcionamento geral, Recursos financeiros, Recursos humanos, Pessoal discente, Actividade Científico-Pedagógica, Informação e comunicação.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Inventário inserido em base de dados, acessível localmente

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas da biblioteca da Escola Comercial Veiga Beirão;
Espólio Museológico da Escola Comercial Veiga Beirão.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de descrição

2011-05-31; 2014-06-18

ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE AFONSO DOMINGUES

Código de referência

PT/MESG/AEE/EICAD

Título

Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues

Datas

1885-1980

Dimensão

171 m.l. – 285 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues

História administrativa

A Escola foi fundada no dia 24 de Novembro de 1884, funcionando numa casa alugada a João Cristiano Keil, na Calçada do Grilo, nº 3-1º, que abriu com 53 alunos. Na altura a escola denominava-se Escola de Desenho Industrial Afonso Domingues, onde eram ministrados os cursos diurnos de Desenho Elementar e os cursos nocturnos de Desenho Industrial.

O nome de Afonso Domingues foi dado em memória deste importante arquiteto quatrocentista do Convento da Batalha.

A partir de 7 de janeiro de 1887, a escola foi transferida para o rés-do-chão do Palacete de D. Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, 3.º Conde de Bertiandos, na Calçada da Cruz da Pedra, n.º 10.

A partir de 1892, começaram as obras para adaptação de alguns edifícios anexos ao Asilo Dona Maria Pia, nas traseiras do Convento da Madre Deus. A inauguração das novas instalações ocorreu em 24 de dezembro de 1897. Em 1900, a Escola Afonso Domingues encontrava-se perfeitamente estabelecida, com relevo para o Curso de Desenho Elementar, de Arquitetura e de Máquinas. Dispunha de oficinas de Pintura, Fundição, Carpintaria e Serralharia e transformou-se num importante centro de estudos dos filhos dos mestres operários da região de Xabregas.

Como Diretor da Escola foi nomeado provisoriamente o professor e pintor João Vaz, cargo que exerceu até setembro de 1926. Em 1931, sucedeu-lhe na direcção o engenheiro mecânico, João Furtado Henriques a quem o Ensino Técnico e esta Escola muito ficaram a dever, a ponto de, entre os professores do Ensino Técnico de todo o

país, a Escola Afonso Domingues ser conhecida pela “Universidade de Xabregas”.

No ano lectivo de 1956/1957, a Escola Industrial Afonso Domingues já se encontrava instalada em edifício próprio construído na Quinta das Veigas, em Marvila. Era seu Diretor Avelino Marques Poole da Costa. O pessoal docente tinha aumentado e aos cursos existentes foram acrescentados os de Electricidade e de condução de Máquinas.

A seguir ao 25 de abril de 1974, foi instituída uma via unificada para o ensino, compreendendo o 7.º, 8.º e 9.º anos, terminando com a ramificação Ensino Liceal/Ensino Técnico. A Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de abril, transforma a designação da Escola Industrial de Afonso Domingues em Escola Secundária.

A Escola foi oficialmente extinta a 23 de Março de 2010, por despacho de Secretário de Estado da Educação.

História custodial

Grande parte do arquivo deste estabelecimento de ensino foi transferido para a Secretaria-Geral aquando da extinção do mesmo em 2010. Os arquivos correntes e intermédios, nomeadamente os processos individuais de alunos e de funcionários) foram transferidos para a Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa.

Fonte imediata de aquisição

Doação realizada em 2010.

Âmbito e conteúdo

O fundo desta escola é constituído pelas seguintes séries documentais: Contas de gerência; Livros de ponto: sumários; Copiadores (correspondência recebida; correspondência expedida); Registos de correspondência; Termos de matrícula; Talões de matrícula; Registos de aproveitamento e de frequência; Exames nacionais;

Programas; Circulares; Ordens de serviço; Comunicações de serviço; Abonos de família; Contas correntes; Desporto escolar; Atas de reuniões de órgãos de administração e gestão; Atas de reuniões de estruturas pedagógicas; Registo de assiduidade de alunos; Registo de assiduidade de pessoal docente; Justificativos de faltas; Registos contabilísticos.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas da biblioteca da Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues; Espólio Museológico da Escola Industrial e Comercial de Afonso Domingues.

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de descrição

2014-05-28

ESCOLA INDUSTRIAL DE MACHADO DE CASTRO

Código de referência

PT/MESG/AEE/EIMC

Título

Escola Industrial de Machado de Castro

Datas

1927-1975

Dimensão

131 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Escola Industrial Machado de Castro

História administrativa

A escola foi inicialmente designada por Escola Industrial Príncipe Real (decreto de 5 de abril de 1895). Mais tarde, entre 1907 e 1912, em data difícil de precisar, o estabelecimento de ensino passou a chamar-se Escola Industrial Machado de Castro.

Na sequência de decisão governamental de dotar o ensino liceal com instalações próprias, o Estado adquiriu, em 1907, a José Ferreira da Cunha, a propriedade que este possuía na freguesia de Santa Isabel, composta por uma quinta e um palácio, anterior ao séc. XIX. A compra destinava-se a construir um "campus" escolar que incluiria um liceu, duas escolas primárias e uma escola industrial, que já funcionava ali perto em edifício alugado. Em 1911 é inaugurado o Liceu Pedro Nunes mas em 1915 é abandonado o plano de construção inicialmente previsto, nomeadamente no que se refere às instalações destinadas à referida escola industrial. Opta-se, então, pela construção de raiz de um novo edifício numa parcela de terreno cedida pelo liceu e sob projecto de Vítor Bastos Júnior. Este novo edifício foi ligado ao palácio original, ocupando os terrenos atribuídos e, por volta de 1920, da conjugação de um edifício pré- existente com a construção de um novo, projectado para uma escola industrial, nasce a Escola Industrial Machado de Castro.

Após algumas décadas a ministrar o ensino industrial, esta escola passou, no ano lectivo de 1978/1979, a Escola Secundária Machado de Castro e a funcionar também com os cursos gerais. Manteve-se em funcionamento até ao ano lectivo de 2004/2005, altura em que foi encerrada.

Atualmente funciona nas antigas instalações da Escola Industrial Machado de Castro, após ter beneficiado de obras de modernização em 2009, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa.

História custodial e arquivística

A quando das obras de beneficiação da Escola Secundária de Machado de Castro para instalação da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, o arquivo da extinta Escola Industrial de Machado de Castro foi transferido para instalações da Parque Escolar E.P.E. onde permaneceu entre 2009 e 2013 (primeiro no Palácio Valadares, no Largo do Carmo, Lisboa, e depois nas antigas instalações da extinta Escola Secundária de Fonseca Benevides, no Calvário, Lisboa). Em 2013, parte do arquivo da Escola Industrial de Machado de Castro é incorporada na Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. A outra parte (arquivo mais recente) foi transferida para a Escola Secundária de Pedro Nunes, de Lisboa.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Doação realizada em 2013.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da Escola Industrial de Machado de Castro no domínio das funções definidas por legislação.

Sistema de organização

O fundo é constituído pelas seguintes seções: Administração e gestão, Funcionamento geral, Recursos humanos,

Recursos financeiros, Actividade científico-pedagógica, Pessoal discente.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Fontes e bibliografia

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave - *Arquitetura escolar: o edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012. P.260.

Data de descrição

2014-05-28

LICEU CAROLINA MICHAELIS

Código de referência

PT/MESG/AEE/LCM

Título

Liceu Carolina Michaelis

Datas

1923-1984

Dimensão

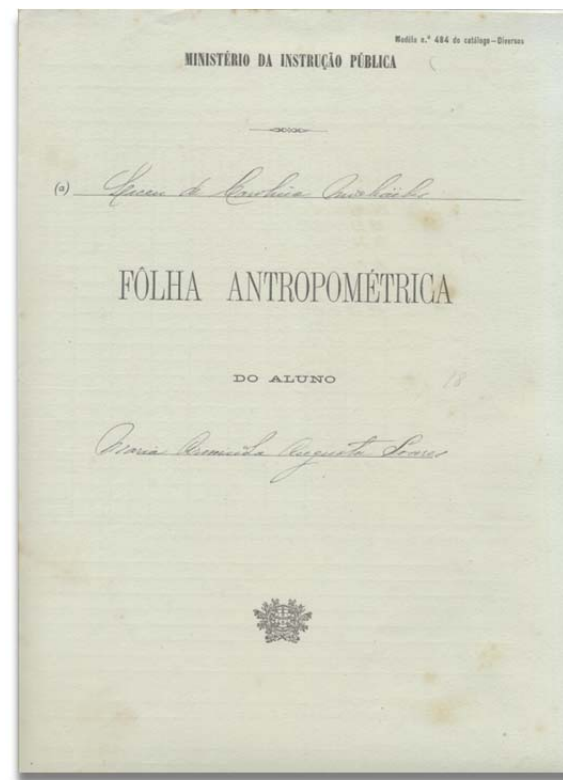
68 m.l. - 202 cx. e 272 lv.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



Coleção de folhas antropométricas

LCM, cx. 92, doc. 9

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação Nacional, Liceu Carolina Michaelis

História administrativa

A origem do Liceu Carolina Michaëlis remonta a 1914, ano em que foi criada a Secção Feminina dos Liceus do Porto, integrada, a partir de 1915, na rede nacional de liceus (Lei n.º 410, de 20 de setembro). De janeiro a março de 1919, passa a chamar-se Liceu Central Castilho (Decreto n.º 5096, de 7 de janeiro de 1919). O Decreto n.º 5337, de 18 de março de 1919, delibera que "o Liceu Central de Castilho, no Porto, passe a denominar-se Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno". Esta designação tinha sido proposta pelo reitor Augusto Martins e aprovada pelo Conselho Escolar do Liceu, em reunião de 25 de janeiro de 1918. O investigador Luís Grosso Correia comenta que a escolha deste nome para patrono do liceu "retrata bem a orientação ideológica dos professores: eram, na sua maioria, defensores do regime republicano, de base democrática, e daí a relevância dada a um pensador português, que foi um dos mentores da intenção de 31 de janeiro de 1891 e um militante activo do Partido Republicano até 1902". Mais tarde, Carolina Michaëlis de Vasconcelos figura como patrona do liceu feminino do Porto (Decreto n.º 12 425, de 2 de outubro de 1926). Luís Grosso Correia explica que "A mudança de patrono, determinada pelas autoridades ditatoriais, acontece num período em que, para além do esforço político-ideológico em fazer tábua rasa da cultura pedagógica da República, se assiste a uma reforma estrutural da organização do quadro de pessoal docente dos liceus femininos: os professores do sexo masculino, ainda existentes, foram transferidos para os outros liceus das mesmas cidades por força do Decreto n.º 11 897, de 16 de julho de 1926". O mesmo autor acrescenta: "O subsistema escolar liceal feminino começa, deste modo, a ficar

com uma população exclusivamente feminina: a nível dos corpos discente, docente e, um pouco mais tarde, administrativo e auxiliar (Decreto n.º 13 488, de 21 de abril de 1927)".

As instalações originais do liceu foram no número 441 da rua de Cedofeita, onde funcionará em péssimas condições até 1921. A partir de abril de 1921, o liceu passa a funcionar nas instalações do antigo colégio inglês na Praça Coronel Pacheco. O edifício sofre obras de recuperação importantes em 1933, mas ao longo da década de 40, as instalações começam a entrar em colapso devido, por um lado, à sobrepopulação discente e, por outro, à falta de obras de remodelação de fundo. As condições para docentes e discentes requerem a construção de um edifício de raiz. As obras arrancaram em setembro de 1937, sendo concluídas dentro do prazo e do orçamento previstos (Esc.: 9 200 000\$00). O auto de entrega do edifício é celebrado em 27 de abril de 1951 e as primeiras tarefas realizadas nas novas instalações foram os exames do ano lectivo de 1950-1951.

Em 2007, no âmbito de um programa de renovação de escolas, a escola sofreu uma remodelação que seguiu um projeto do arquiteto Manuel Fernandes de Sá.

História custodial e arquivística

Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo.

Fonte imediata de aquisição

Desconhecida.

Sistema de organização

O fundo do Liceu Carolina Michaelis é constituído por 68 séries documentais correspondentes às seguintes actividades: Actividade científico-pedagógica; Actividades circum-escolares; Administração e Gestão; Acção Social

Escolar, Funcionamento Geral; Higiene e saúde escolar; Mocidade Portuguesa Feminina; Pessoal discente; Recursos Financeiros; Recursos Humanos.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Inventário on-line

Materiais associados

Arquivo da Escola Secundária de Carolina Michaelis

Arquivo do Grupo de Trabalho “Arquivo, Museu, Biblioteca e centro de Estudos em História da Educação”

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares, Direcção de Serviços de Educação do Norte, Agrupamento de Escolas Carolina Michaelis, Escola Secundária Carolina Michaelis;

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo.

Fontes e bibliografia

CORREIA, Luís Grosso - Liceu Carolina Michaelis. In NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Teresa, coord. - *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Porto: ASA, 2003. P. 616-639.

Data de Descrição

2008-09-15; 2014-06-18

ARQUIVOS ESPECIAIS

Código de referência

PT/MESG/AES

Título

Arquivos Especiais

Nível de descrição

Grupo de fundos

Sistema de organização

O grupo é constituído por 2 fundos: Arquivo das Construções Escolares;
Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares.

ARQUIVO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE

Título

Arquivo das Construções Escolares

Datas

1922-2006

Dimensão

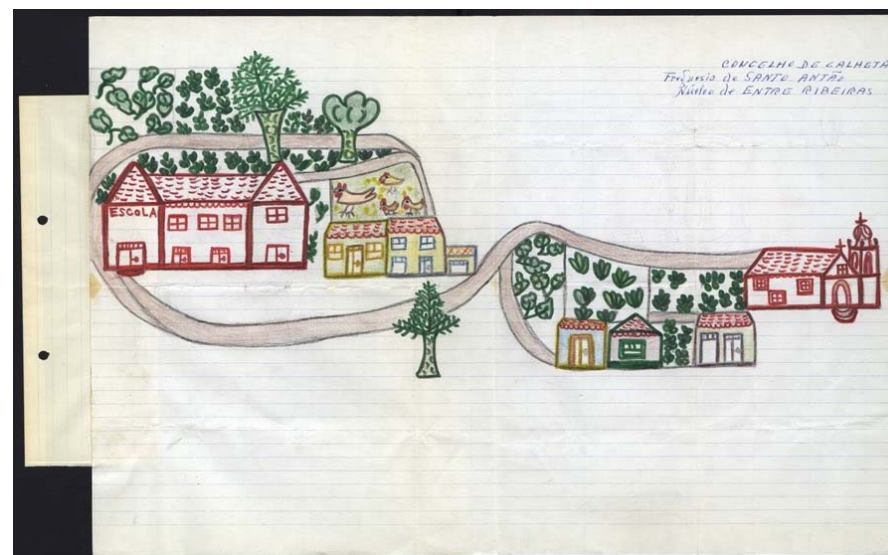
2 737 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Colecção a nível de fundo



Escola Primária de Entre Ribeiras
Concelho da Calheta, Ilha de São Jorge
Desenho realizado pela professora da escola, 1972

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral

História administrativa

Este núcleo documental reúne um conjunto assinalável de parcelas de arquivos produzidos pelas várias entidades que, ao longo, dos tempos, tiveram competências e atribuições na construção e na manutenção das construções escolares a nível nacional. Entre elas:

A **Repartição de Construções Escolares** (1919-1929), criada no Ministério da Instrução Pública, pelo Decreto n.º 5373, de 5 de abril de 1919 e regulamentada pelo Decreto n.º 5478, de 26 de abril de 1919, tinha a cargo todos os serviços de estudo, administração e fiscalização das obras de construção e reparação dos edifícios escolares. Além da elaboração de projetos-tipos e do estudo dos projetos de adaptação de edifícios, de escolher os locais de edificação, cumpria-lhe, além de outras obrigações, a de preparar modelos de mobiliário e de material escolar a adoptar nas escolas primárias. Durante a Ditadura Militar (1926-1928), o Decreto n.º 12 094, de 6 de agosto de 1926, transferiu a Repartição de Construções Escolares para a Direcção-Geral de Saúde. A passagem das Construções Escolares pelo Ministério da Saúde foi breve: voltaram ao âmbito do Ministério da Instrução Pública no princípio de 1927.

A Repartição das Construções Escolares foi extinta a 30 de maio de 1929, pelo Decreto n.º 1679 que criava a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. De acordo com o artigo 11.º do mesmo decreto, todos os seus serviços e alguns dos seus funcionários (como, por exemplo, os arquitetos Jorge Bermudes e Jorge Segurado) transitaram para o novo organismo do Ministério do Comércio e Comunicações, mais tarde designado Ministério das Obras Públicas.

Em 1941, na dependência da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, é criada a **Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias** (1941-1969) com o objetivo de executar o plano geral da rede escolar,

denominado dos Centenários, que fixava o número, localização e tipos de escolas a construir para completo apetrechamento do ensino primário.

Paralelamente à Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, coexistiu a **Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário** (1934-1969), criada pelo Decreto n.º 24 337, de 10 de agosto de 1934, responsável pela construção de edifícios do ensino técnico, médio (Institutos Comerciais, Industriais e Escolas de Regentes Agrícolas), liceal e ciclo preparatório do ensino secundário. Esta entidade tem a sua origem na Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, criada pelo Decreto n.º 15 942, de 11 de setembro de 1928, com a missão de dar aplicação a um empréstimo de 40 000 contos, autorizado pelo mesmo diploma e “exclusivamente destinado à construção de edifícios para o funcionamento de liceus, à conclusão dos já iniciados e a grandes reparações daqueles em que os referidos estabelecimentos de ensino funcionam e constituem pertença ao Estado, e bem assim a aquisição de mobiliário e material didático necessário aos mesmos liceus, e ainda à despesa de instalação das residências de estudantes”.

São também criadas pelo Estado Novo comissões para coordenar a construção de estabelecimentos de ensino superior agregados em cidades universitárias, nas três principais cidades do país: a **Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias** (1933-1969) encarregada, desde 1933, de dirigir a construção dos hospitais escolares de Lisboa e do Porto, de escolas e lares de enfermagem, e das Obras dos Planos das Cidades Universitárias de Lisboa e do Porto; a **Comissão para as Obras da Nova Cidade Universitária** de Coimbra (1941-1969), criada em 1941.

Em 1969, o Ministério das Obras Públicas foi reestruturado. Foi criada a **Direcção-Geral das Construções Escolares** (1969-1985) pelo Decreto-Lei n.º O Decreto-Lei n.º 49 169, de 5 de agosto de 1969. De acordo com o preâmbulo do diploma, era intenção do Presidente do Conselho de Ministros (Marcelo Caetano) e do Ministro das Obras Públicas (Rui

Silva Sanches) “intensificar, com sensíveis economias, o ritmo de instalações escolares e o seu apetrechamento”. Considerava-se que se tornar impraticável continuarem as obras de construção, ampliação e conservação dos edifícios escolares a cargo de vários serviços do Ministério das Obras Públicas, cada um dedicado a certo tipo de estabelecimentos ou tarefas de dada natureza.

O novo organismo - Direcção-Geral das Construções Escolares – entrou em funções a 1 de outubro de 1969. As suas atribuições eram “o estudo, projeto, construção, restauro, conservação e apetrechamento dos edifícios escolares de todos os graus e ramos do ensino, das residências de professores e estudantes, das instalações desportivas e culturais dos organismos Circum-escolares e de outras instalações compreendidas nos planos de construções escolares aprovados pelo Governo” (art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 41 969, de 5 de agosto de 1969).

Assim, na Direcção-Geral das Construções Escolares foram incorporados tanto o pessoal como o património e competências dos vários serviços independentes então extintos.

A Direcção-Geral das Construções Escolares é extinta pela Lei Orgânica do X Governo Constitucional, de 17 de dezembro de 1985.

No âmbito da reorganização do Ministério da Educação Nacional dirigida por Veiga Simão, surge a **Direcção-Geral da Administração Escolar** (1971-1985). Instituída pelo Decreto-lei n.º 408/71, de 27 de setembro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 46/73, de 12 de fevereiro, incumbia-lhe “efectuar a gestão do pessoal e das instalações e equipamento afetos aos estabelecimentos públicos de ensino, bem como exercer a superintendência administrativa e financeira sobre os mesmos estabelecimentos, sem prejuízo da autonomia concedida às Universidades”. Em matéria de instalações e equipamento, competia-lhe “organizar e manter atualizado o cadastro das instalações e equipamento existentes, velar pela sua guarda e conservação, inventariar as necessidades de novas instalações e equipamento e proceder à

preparação e execução das operações atinentes à satisfação dessas necessidades, tendo sobretudo em vista a apresentação, por forma global e sistemática, à Direcção-Geral das Construções Escolares, dos empreendimentos que devam ser executados por esse departamento”. Essa Direcção teve também a missão de resolver a carência de instalações para o ensino preparatório e secundário, problema que a Direcção-Geral das Construções Escolares não conseguia ultrapassar, pelo meio da construção de pavilhões (pré-fabricação). Dedicou-se igualmente à regulamentação e programação. (Rapidamente) Inicia-se, então, uma guerra de competências entre a Direcção-Geral das Construções Escolares e a Direcção-Geral da Administração Escolar. Na tentativa de pôr cobro a este conflito são criados grupos de trabalho constituídos por técnicos de ambos os organismos mas sem grande êxito. Finalmente, em 1985, pelo Decreto-Lei n.º 49/85, de 17 de dezembro, a Direcção-Geral da Administração Escolar (ME) e a Direcção-Geral das Construções Escolares (MOP) são fundidas na **Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos** (1985-1990), tutelada pelo Ministério da Educação.

Entretanto, em **1979**, é promulgada a **Nova Lei das Finanças Locais** que atribui às Câmaras Municipais todas as competências na área das construções/reparações de escolas primárias.

Ao longo dos anos, ao ganhar e perder competências, a Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos foi mudando de nome. Em 1990, era novamente a **Direcção-Geral da Administração Escolar** (1990-1993) que, além das construções escolares, assume atribuições e competência na administração e gestão dos recursos humanos da Educação. Em 1993, na reorganização da estrutura orgânica e funcional do Ministério da Educação (Decreto-lei n.º 133/93, de 26 de abril), cabe ao **Departamento de Gestão de Recursos Educativos** (1993-1999) “a conceção, a coordenação e o acompanhamento nas áreas da gestão dos recursos humanos ao serviço das escolas” bem como “da definição dos critérios que presidem ao ordenamento da rede escolar e dos equipamentos educativos, não didácticos, dos estabelecimentos oficiais de educação e ensino superior”. Este novo Departamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei

n.º 139/93, de 26 abril. Sucede-lhe a **Direcção-Geral de Administração Educativa** (1999-2002), cuja criação assenta em três grandes áreas: o “apoio à descentralização de competências administrativas e reforço da autonomia das escolas”, a “concepção técnico-normativa no âmbito do desenvolvimento dos recursos humanos e dos equipamentos educativos” e o “desenvolvimento de recursos instrumentais para apoio à organização das escolas que contribuam para a melhoria da prestação do serviço público de educação”(Decreto-Lei n.º 122/99, de 19 de abril).

Em 2002, novo diploma reformou a orgânica do Ministério da Educação. Na nova estrutura orgânica do Ministério, a função de administração e gestão dos Recursos humanos autonomiza-se da administração e gestão dos equipamentos educativos. A primeira função coube à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação. A segunda função foi atribuída à Secretaria-Geral (2002-2007), coadjuvada pelas Direcções Regionais da Educação.

De acordo com o ponto 3 do artigo 13.º do Decreto-lei n.º 208/2002, competia à Secretaria-Geral, em especial: “Conceber e documentar os termos de referência da inovação, qualidade, caracterização e normalização da arquitectura, especialidades e equipamentos básicos e do mobiliário dos estabelecimentos de educação e de ensino, bem como dos respectivos processos de contratação, articulando com as direcções regionais de educação e com as autarquias locais a concretização desses termos de referência, com vista quer à melhoria permanente dos padrões de qualidade e segurança, técnicas e custos de construção e de adequação dos edifícios e dos espaços à sua função educativa quer ao apuramento ergonómico e funcional do mobiliário escolar e à sua certificação, sem prejuízo da necessidade de garantir a diversidade, complementaridade e flexibilidade, necessárias à racionalidade da oferta educativa”.

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação manteve esta função até 2006. O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado retirou efectivamente da Secretaria-Geral do Ministério da Educação esta

competência, criando ao mesmo tempo a empresa Parque Escolar, E.P.E. (Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro), com a missão de “planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do programa de modernização da rede pública de escolas secundárias e outras afetas ao Ministério da Educação”.

História custodial e arquivística

O Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares foi transferido para a Secretaria-Geral do Ministério da Educação em 2007.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Transferência, d. 2007.

Âmbito e conteúdo

Contém processos de construção de edifícios escolares (salas de aula, cantinas e residências de professores) para os três graus de ensino: primário, técnico e secundário, superior.

Contém ainda processos de aquisição de terrenos, empreitadas, fornecimento de mobiliário, entrega de edifícios e zonas de protecção e processos de conservação.

Inclui copiador geral de correspondência expedida, correspondência recebida; copiador geral de ordens de serviço; processos individuais de funcionários, registo de assiduidade, contas de gerência.

Sistema de organização

O fundo encontra-se em tratamento sendo, por ora, constituído por 6 seções: Arquivo fotográfico, Arquivo de desenhos técnicos, Instalações para o Ensino Primário, Instalações para o Ensino Técnico e Secundário; Instalações Universitárias; Serviços Administrativos.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Inventário parcial on-line

Materiais associados

Biblioteca das Construções Escolares

Conselho Superior de Obras Públicas

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo;

Portugal, Ministério da Economia, Secretaria-Geral, Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas.

Fontes e bibliografia

BEJA, Filomena [et al.] – *Muitos anos de escolas*. Lisboa: Direcção-Geral da Administração Escolar/Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1990-2010. 3 vol.;

RIBEIRO, Madalena Teotónio Pereira Bourbon – *A documentação e os arquivos das construções escolares: as empreitadas de obras públicas no âmbito do Plano dos Centenários*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Fevereiro de 2009;

SAMPAIO, Salvado José – *O ensino primário: 1911-1969: contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975-1977. 3 vol.

Data de descrição

2014-06-09

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/A

Título

Arquivo fotográfico

Datas

1932-2006

Dimensão

11 m.l. – ca. 13 300 documentos fotográficos

Suporte

Papel

Nível de descrição

Secção



Aula de Ciências Naturais
Liceu Rainha Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa
CE/ETS AF, cx. 7

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral

História administrativa

O Arquivo fotográfico tem a sua origem no arquivo fotográfico da Direcção-Geral das Construções Escolares, constituída em 1969. O fundo fotográfico primitivo era, sobretudo, composto pelas reportagens fotográficas de edifícios escolares estrangeiros, realizadas pelos funcionários, aquando de missões ao estrangeiro.

Esta secção organizada pela Direcção-Geral de Construções Escolares foi crescendo ao longo dos anos, devido, sobretudo, a incorporações sucessivas de documentação fotográfica sobre construções escolares, oriunda de organismos da Administração Pública – nomeadamente do Ministério das Obras Públicas e do Ministério da Educação – que eram extintos, fundidos ou que, simplesmente, iam perdendo competências e atribuições na área.

Âmbito e conteúdo

Contém documentos fotográficos de edifícios escolares do Ensino Primário, liceal, técnico e universitário, de todo o país.

A temática geral destas fotografias é a arquitetura, mais especificamente, a arquitetura escolar. São documentos avulsos ou agrupados em reportagens que documentam interiores e exteriores de edifícios escolares; edifícios escolares nas suas diversas etapas de construção e/ou remodelação; inaugurações de edifícios escolares, nomeadamente do ensino superior; vistas aéreas e panorâmicas de edifícios escolares; edifícios escolares estrangeiros, resultado das missões ao exterior de funcionários da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário.

Inclui documentos fotográficos de mobiliário e equipamento escolares bem como documentos fotográficos de maquetas de projetos e de desenhos técnicos.

Algumas fotografias estão assinadas por fotógrafos profissionais de renome. Entre eles: Horácio Novais (1910-1988); Mário Novais (1899-1967); Joaquim Silva Nogueira (1892-1959); Domingos Alvão (1872-1946); Teófilo Rego (1914-1993).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Inventário on line

Materiais associados

Arquivo de desenhos técnicos

Instalações para o ensino primário

Instalações para o ensino técnico e secundário

Instalações universitárias

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de Descrição

2008

ARQUIVO DE DESENHOS TÉCNICOS

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/B

Título

Arquivo de desenhos técnicos

Datas

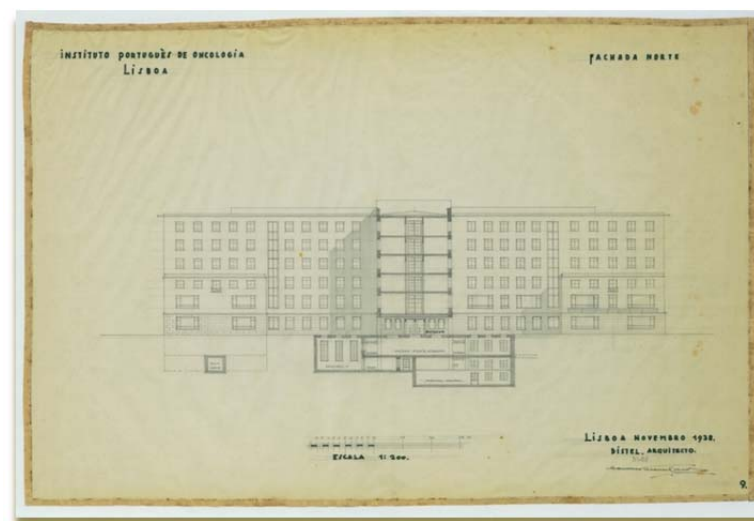
1932-2006

Dimensão

500 m.l.

Suporte

Papel



Fachada do Instituto Português de Oncologia, Lisboa
CE/ES IPO, Tubo 5

Nível de descrição

Secção

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral

Âmbito e conteúdo

Coleção de desenhos técnicos de equipamentos escolares (salas de aula; cantinas; pavilhões gimnodesportivos; mobiliário), destinados aos três graus de ensino.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Coleção por tratar

Data de Descrição

2014-06-02

Materiais associados

Arquivo fotográfico

Instalações para o ensino primário

Instalações para o ensino técnico e secundário

Instalações universitárias

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data da descrição

2014-06-18

INSTALAÇÕES PARA O ENSINO PRIMÁRIO

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/C

Título

Instalações para o ensino primário

Datas

1922-1979

Dimensão

750 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Secção



Hora do recreio na Escola de Caminhos,
Lama, Barcelos, Braga, 1973
CE/EP AF, cx. 2

Nome de produtor

Portugal, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral das Construções Escolares

Âmbito e conteúdo

Contém processos de construção de edifícios escolares para o ensino primário (salas de aula, cantinas e residências de professores), construídos ao longo do tempo, em todo o país. Contém ainda processos de concurso, empreitadas e fornecimento de mobiliário.

Inclui processos de conservação e ampliação dos edifícios das escolas primárias bem como os processos referentes à atividade da criação e extinção de escolas primárias (rede escolar).

Faz parte ainda deste núcleo documental o arquivo produzido pelo Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar Português (1997-2002).

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Ficheiro manual; catálogo on line (em curso de elaboração)

Materiais associados

Arquivo fotográfico

Arquivo de desenhos técnicos

Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares

Direcção-Geral do Ensino Primário

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de Descrição

2007-2013; 2014-06-20

INSTALAÇÕES PARA O ENSINO TÉCNICO E SECUNDÁRIO

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/D

Título

Instalações para o ensino técnico e secundário

Datas

1928-1985

Dimensão

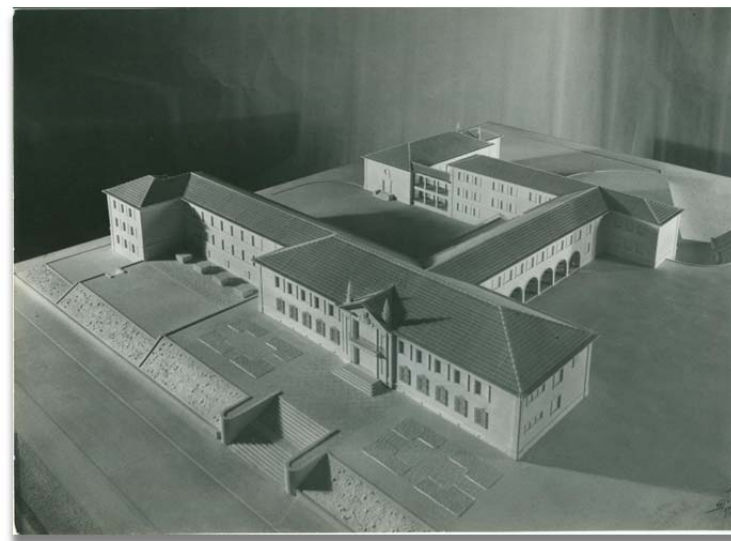
820 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Secção



Maqueta do Liceu Gil Vicente, Lisboa
CE/ETS AF, cx. 7

Nome de produtor

Portugal, Ministério da Educação, Secretaria-Geral

Âmbito e conteúdo

Contém projectos de todos os edifícios destinados ao ensino liceal, técnico e médio (Institutos industriais, Escolas Comerciais e Industriais; Escolas Técnicas Elementares, Escolas de Regentes Agrícolas) e Escolas do Ciclo Preparatório (Escolas Preparatórias, Escolas Secundárias), Aquisição de terrenos, Processos de Concurso, Empreitadas de Obras e Apetrechamento, Entrega dos edifícios ao Ministério da Educação; Zonas de proteção.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Ficheiro manual; catálogo on line (em curso de elaboração)

Materiais associados

Arquivo fotográfico

Arquivo de desenhos técnicos

Direcção-Geral do Ensino Liceal

Direcção-geral do Ensino Técnico

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de Descrição

2011; 2014-06-20

INSTALAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/E

Título

Instalações para o ensino superior

Datas

1933-1969

Dimensão

10 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Secção



Sala de Estar dos alunos
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
CE/ES A7

Nome de produtor

Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa de Novas Instalações Universitárias

Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comissão para as Obras da Nova Cidade Universitária de Coimbra

Portugal, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral das Construções Escolares

Âmbito e conteúdo

Contém documentação variada referente às instalações universitárias de Lisboa, Porto e Coimbra; Obras em várias instalações universitárias; Projecto de um hospital para a cidade do Porto, do Arquitecto Miguel Ventura Terra; Projecto do Hospital Escolar de Coimbra (Distel); Colecção de desenhos originais dos vários planos desenvolvidos ao longo do tempo, para a Cidade Universitária de Coimbra; Correspondência da CANEU com o Arq.º Pardal Monteiro.

Contém as seguintes tipologias documentais: desenhos; originais em papel vegetal; projectos; correspondência.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Materiais associados

Arquivo fotográfico

Arquivo de desenhos técnicos

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direcção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

PASCOAL, Ana Mehnert - *A cidade do saber: o património artístico integrado nos edifícios projectados pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012;

ROSMANINHO, Nuno - *O poder da arte: o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006;

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave - *Arquitetura escolar: o edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012.

Data de Descrição

2011; 2014-06-19

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/F

Título

Serviços administrativos

Datas

1928-1984

Dimensão

75 ml

Suporte

Papel

Nível de descrição

Secção

Nome de produtor

Portugal, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral das Construções Escolares

Sistema de organização

O fundo é constituído por duas secções: Expediente Geral e Pessoal e Contabilidade.

Âmbito e conteúdo

Contém as seguintes séries documentais: copiador geral de correspondência expedida, correspondência recebida; copiador geral de ordens de serviço; processos individuais de funcionários, registo de assiduidade, contas de gerência.

Condições de acesso

O acesso à documentação faz-se de acordo com a lei geral aplicável. Restrições: Cf. Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro, art.º 17.º, n.ºs 2 e 3 (Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Data de Descrição

2011; 2014-06-17

GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Código de referência

PT/MESG/AES/ACE/GTSCE

Título

Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares

Datas

1961-1975

Dimensão

2, 31 m.l. – 17 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Ministérios das Obras Públicas e da Educação Nacional, Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares

História administrativa

No âmbito do Projecto Regional do Mediterrâneo (acordo de assistência técnica e financeira na área da educação tendo em vista o seu desenvolvimento económico, entre a OCDE e um grupo de países - Portugal, Espanha, Grécia, Turquia e Jugoslávia), celebrou-se em Paris, a 31 de Dezembro de 1963, um contrato entre os representantes da OCDE e os países aderentes. O contrato dizia respeito ao estudo da planificação e desenvolvimento da construção escolar encarado sob a mais estrita economia. Os trabalhos seriam custeados em partes iguais por cada um dos Países, e pela OCDE. Previa-se que a sua duração fosse de dois anos. No termo, elaborar-se-ia um Relatório Final que seria submetido à apreciação do Governos. Admitia-se que um segundo contrato, válido até 30 de Junho de 1966, viesse a prolongar os estudos e o financiamento do Grupo.

A posição de Portugal foi assumida pelo Ministério das Obras Públicas, agindo em seu nome e do Ministério da Educação Nacional. Na prática, o cumprimento do contrato seria tarefa das várias equipas nacionais constituídas para esse fim. Assim, a 15 de Fevereiro de 1964, foi criado, em Lisboa, o Grupo de Trabalho Sobre Construções Escolares, constituído por arquitectos, engenheiros e pedagogos. Este grupo, sob orientação de um consultor nomeado pela OCDE foi integrado num projecto desta organização designado DEEB (Development and Economy in Educational Building), do qual também faziam parte equipas de todos os países aderentes.

Os estudos a desenvolver visariam a construção de edifícios para escolas primárias e secundárias.

Os pontos decorrentes do contrato tinham por objectivos:

- Estudo de normas para os locais de ensino, tanto em termos de espaço como de habitabilidade.
- Determinação dos custos limite correspondentes à aplicação das normas. Elaboração de projectos-piloto, avaliando na prática a investigação realizada.
- Análise e proposta de reorganização da estrutura administrativa responsável pela construção escolar.

Foram estudadas e redigidas as normas qualitativas que caracterizariam os espaços e a habitabilidade/conforto dos edifícios para o ensino primário.

Para concretização e conclusão do trabalho em que se empenhara, o Grupo elaborou os Projectos-Piloto de uma escola para o Ensino Primário Elementar, e uma escola para o futuro Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. A escola para o ensino primário foi construída em Mem Martins, e elaborado o projecto da preparatória, para Mafra, que não chegou a ser construída a preparatória foi elaborado o projecto para Mafra, mas não chegou a ser construída.

Âmbito e conteúdo

O arquivo do Grupo de Trabalho é constituído por Documentos de referência; Relatórios técnicos; Relatórios de atividades; Relatórios de estágio; Documentos de despesa; Documentos preparatórios à elaboração do relatório final; Processos de reuniões; Processos de construção de edifícios escolares.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso

Instrumentos de pesquisa

Inventário on line

Materiais associados

Instalações para o ensino primário

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

BEJA, Filomena; SERRA, Júlia – O Projeto regional do Mediterrâneo. In *Muitos anos de escolas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2010. Vol. III, p. 27-62

Data de Descrição

2011-01-07; 2014-06-18

ARQUIVOS PARTICULARES

Código de referência

PT/MESG/APA

Título

Arquivos pessoais

Nível de descrição

Grupo de fundos

Sistema de organização

O grupo é constituído por 4 fundos: José Baptista Martins, Faria Vasconcelos,
Maria do Carmo Matos e Maria Margarida Leal Lucas

JOSÉ BAPTISTA MARTINS

Código de referência

PT/MESG/APA/JBM

Título

José Baptista Martins

Datas

1940-1986

Dimensão

3, 72 m.l. – 20 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

José Baptista Martins

História administrativa

José Baptista Martins (1917-1997) foi professor do ensino primário e delegado escolar entre 1938 e 1958, exercendo funções nos distritos escolares de Lisboa, Santarém, Castelo Branco e Évora. Em Évora, foi adjunto do director escolar.

Foi nomeado inspector orientador do ensino primário em 1958. A partir de 1965, iniciou carreira no Instituto de Meios Audiovisuais de Educação (IMAVE) onde foi sucessivamente chefe de serviço (1965), chefe de divisão (1967), chefe de repartição (1969). Na dependência do IMAVE, tornado mais tarde Instituto de Tecnologia Educativa (ITE), montou e dirigiu, na sua fase inicial, a Telescola, criada a 31 de Dezembro de 1964. Depois do 25 de Abril de 1974, foi incumbido de proceder à reestruturação e modernização da Telescola.

Paralelamente à sua actividade no IMAVE/ITE, José Baptista Martins exerceu várias outras funções. Foi vogal da Junta Nacional de Educação (6ª secção) de 1960 a 1964, vogal do Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual em 1963, da Comissão de Televisão Educativa também em 1963, e vogal da Comissão de Televisão do Ultramar, de 1971 a 1972. Foi também presidente do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa da Educação pela Arte (1970 a 1973). A sua paixão pela Educação, pelo Ensino, bem como pela sua modernização e democratização, levou-o a participar em congressos e estágios sobre estudos pedagógicos e tecnologia educativa, especialmente rádio e televisão escolares, no país e no estrangeiro (França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América) numa preocupação constante de actualização dos seus conhecimentos.

Introduziu em Portugal a noção de “Ensino Programado” e o método “Cuisenaire” para o ensino da matemática.

Realizou o primeiro “Curso para a Renovação da Didáctica da Matemática” no ensino elementar.

José Baptista Martins foi também autor e apresentador do programa “Práticas Pedagógicas” da Televisão Educativa (1964-1968), destinado a pais e professores.

Redigiu numerosos artigos sobre métodos pedagógicos e tecnologia educativa que publicou em diversos jornais e revistas ou que apresentou em conferências.

Elaborou, sozinho ou em co-autoria, diversas obras didácticas, nomeadamente manuais escolares para o ensino de português nos E.U.A., o ensino da Matemática Elementar, o ensino do Português no Ciclo Preparatório e o ensino da História na 4ª classe.

Dedicou-se igualmente a vários trabalhos de investigação, destacando-se entre eles os seguintes: “Factores estatísticos da repetência no ensino primário”; “Vocabulário comum das crianças portuguesas no início da escolaridade obrigatória”; “Bloco lógico gramatical”.

História custodial

O arquivo pessoal de José Baptista Martins foi adquirido pelo extinto Instituto Histórico da Educação, a título de doação, por iniciativa de seus filhos, e herdeiros do referido espólio, no dia 18 de fevereiro de 2000. Além do arquivo, foi transferido também um fundo bibliográfico que pertencera ao Inspetor. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de Maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de Outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Doação mediante protocolo assinado a 18 de fevereiro de 2000.

Âmbito e conteúdo

O arquivo de José Baptista Martins é predominantemente constituído por documentos textuais. Entre eles, encontram-se recortes de jornais, actas e memoriais de reuniões, fichas de leituras, maquetas de manuais escolares, organogramas, guiões de lições da Telescola, brochuras, revistas educativas, relatórios de actividades, orçamentos, correspondência, projectos de legislação, programas curriculares de cursos, provas e testes de avaliação, material recolhido no decorrer de estágios e cursos de formação (textos das conferências, listas dos participantes, programas). Esta discriminação permite verificar a heterogeneidade do fundo, feito de documentos pessoais (borrões, blocos de apontamentos), de documentos administrativos (originais) e de cópias de documentos administrativos. Contém também materiais não textuais embora de reduzida expressão: fotografias (24), plantas (6), cartazes (4), desenhos (4), postais (3), formas geométricas (3), autocolante (1), diapositivo (1), jogo didáctico (1). O conjunto destes documentos dá sobretudo a conhecer aspectos da trajectória profissional e administrativa de José Baptista Martins. Revela também relações profissionais, que teceu no decorrer das suas múltiplas actividades e áreas de interesse que o motivaram. Estas são fundamentalmente duas: a tecnologia educativa e a pedagogia.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos

da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Pré-inventário em ficheiro Excel, acessível localmente

Materiais associados

Coleção de livros do José Baptista Martins

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Data de descrição

2003; 2014-06-18

FARIA DE VASCONCELOS

Código de referência

PT/MESG/APA/FV

Título

Faria de Vasconcelos

Datas

1915-1976

Dimensão

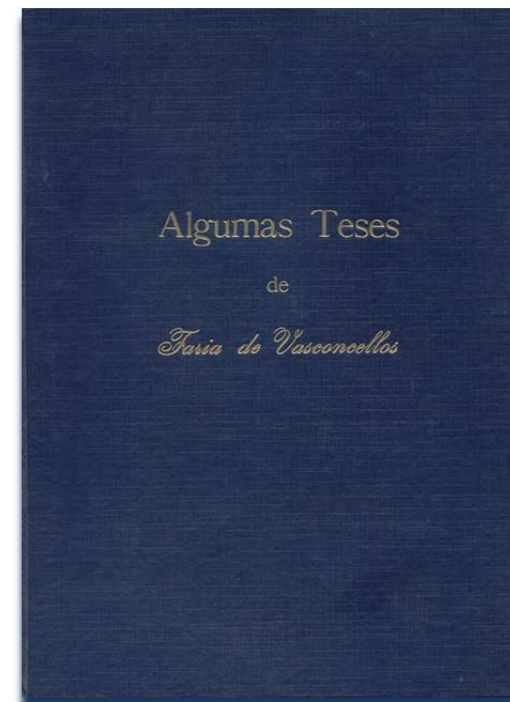
1, 60 m.l. – 10 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo



Algumas teses de Faria de Vasconcelos: palestras, comunicações em congressos e textos diversos, 2 vol., 1919-1949

EAFV, cx. 5

Nome de produtor

António de Sena Faria de Vasconcelos

História administrativa

António de Sena **Faria de Vasconcelos** Cabral Azevedo (1880-1939) era filho de Luís Cândido de Faria e Vasconcelos - Delegado do Procurador Régio na comarca de Castelo Branco, que viria a ser juiz em diversas comarcas, chegando à Relação e ao Supremo Tribunal de Justiça - e de Maria Rita Sena Belo de Vasconcelos, pianista, filha do conselheiro Simão Pedro de Sena Belo.

Fez os estudos secundários num colégio dirigido pelos Padres do Espírito Santo, matriculando-se depois na Faculdade de Direito de Coimbra, onde se torna bacharel, em 1901. Passa do Direito às questões filosóficas e depois á psicologia. Parte para a Bélgica em 1902 e aí faz o doutoramento em Ciências Sociais, na Universidade Nova de Bruxelas, com a maior distinção, defendendo a tese *Esquisse d'une théorie de la sensibilité sociale*. Não regressa então a Portugal. Permanece na Bélgica, até 1914, na qualidade de professor exercendo, na Universidade Nova de Bruxelas, a sua atividade docente na área da psicologia e pedagogia e desenvolvendo investigação como assistente de laboratório e Guilherme de Greef. A eclosão da I Grande Guerra obriga Faria de Vasconcelos a abandonar a Bélgica e a iniciar um novo ciclo da sua vida na Suíça. Bem acolhido no seio do movimento das Escolas Novas, integra-se rapidamente nas suas instituições basilares de formação, organização, divulgação e investigação a funcionarem em Genève: chegado em Agosto de 1914, logo nesse ano lectivo abraça a docência das Ciências da Educação no Instituto Jean-Jacques Rousseau, sendo também assistente no Laboratório de Psicologia Experimental dirigido por Claparède, além de secretário do Bureau International des Écoles Nouvelles. É no âmbito destes projetos, animados pela inovação educacional e pela experimentação pedagógica das teorias científicas, que Faria de Vasconcelos, nos primeiros meses de 1915, dá a conhecer o

trabalho concretizado na École de Bierges-les-Wavre. Fá-lo através de uma série de conferências que estão na origem do livro *Une école nouvelle en Belgique*, com prefácio de Ferriere, editado em 1915 e integrado numa coleção promovida pelo Instituto Jean-Jacques Rousseau e pela Sociedade Belga de Pedotecnia, intitulada “Actualidades pedagógicas”. Atenda-se que Faria de Vasconcelos pertencia àquela sociedade belga, da qual foi membro da comissão executiva entre 1912 e 1914. O livro teve várias traduções e os 28,5 pontos (no total de 30) atribuídos à sua escola o transformaram num “agente internacional” da Educação Nova. Parte para a América Latina, onde aporta em Outubro de 1915. Na permanência de Faria de Vasconcelos, primeiro em Cuba (1915-1917) e depois na Bolívia (1917-1920), sobressai a atividade do formador, do orientador e do organizador. Para aquela ilha tinha sido convidado pelo Ministro da Saúde e Beneficência com o propósito de lançar uma escola nova. Nomeado inspetor, organiza duas escolas novas, uma delas para crianças abandonadas. Em La Paz, já na Bolívia, organiza a seção de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Superior. Em Sucre, dão-lhe o cargo de diretor da Escola Normal: desenvolve então aqui o trabalho mais profícuo, introduzindo na formação de professores, na organização escolar e nos programas de ensino práticas pedagógicas e modalidades educativas caras à educação nova. Estão, entre elas, o self-government, os jardins-de-infância e os médicos escolares. Assegurou ainda a divulgação do novo sistema educativo no seio da classe docente, escrevendo artigos na Revista Pedagógica, publicação da Escola Normal de Sucre, e redigindo um *Syllabus del curso de direccion y organizacion de las escuelas* e uma *Metodologia de las Ciencias Naturales*. Regressa a Portugal nos anos 20, (anos durante os quais se) empenhando-se na promoção da educação popular, no contexto dos projetos de reforma da sociedade portuguesa sugeridos pelo grupo da **Seara Nova**. Participa em congressos cooperativistas e de educação popular, elabora com Alexandre Ferreira um projeto de “escolas municipais” e envolve-se em inúmeras iniciativas no campo da educação e do ensino. Esta atividade tem como ponto alto a sua participação no projeto de reforma do ensino, apresentado em 1923, pelo Ministro João Camoesas, referência simbólica desta

geração de educadores.

Embora mantendo-se ligado aos movimentos da educação popular e à Seara Nova, a partir de meados dos anos vinte, Faria de Vasconcelos vai concretizar, sobretudo, a sua vocação psicopedagógica, como professor da Escola Normal Superior, como diretor do Instituto de Orientação Profissional, cargo que ocupa desde 1925 até à sua morte, e como publicista com um importante conjunto de obras de divulgação científica. Em 1925, passa a dirigir a *Revista Escolar*.

História custodial e arquivística

Este arquivo particular foi transferido do extinto Instituto de Inovação Educacional para o extinto Instituto Histórico da Educação a título de depósito, conforme o protocolo assinado entre estes dois institutos, a 7 de Setembro de 2000. Aquando da extinção do Instituto Histórico da Educação (Lei nº 16-A de 31 de maio de 2002), a salvaguarda e valorização do património da educação, nas vertentes bibliográfica, arquivística e museológica, transitaram para a competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208 de 17 de outubro de 2002), incluindo a documentação proveniente do extinto Instituto Histórico da Educação.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Desconhecida.

Âmbito e conteúdo

Contém documentação produzida em contextos diversos, no decurso da sua actividade como pedagogo e escritor. A mesma integra correspondência, cadernos escolares, sebatas, recortes de imprensa, fotografias, palestras, notas manuscritas e material didáctico.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Base de dados do Arquivo Histórico

Materiais associados

Coleção de livros e publicações periódicas do António Sena Faria de Vasconcelos

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Fontes e bibliografia

BANDEIRA, Filomena – VASCONCELOS Cabral Azevedo, António Sena FARIA DE. In NÓVOA, António, dir. – *Dicionário dos educadores portugueses*. Lisboa: ASA, 2003. P. 1397-1404.

Data de descrição

2010-09-24; 2014-06-18

MARIA DO CARMO MATOS

Código de referência

PT/MESG/APA/MCM

Título

Maria do Carmo Matos

Datas

1960-1981

Dimensão

3 m.l. – 15 cx.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Maria do Carmo Fernandes Ribeiro de Matos

História administrativa

Maria do Carmo Fernandes Ribeiro de **Matos** (1935-1989) frequentou a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, onde se licenciou em Arquitetura (1961). Começara, entretanto, a trabalhar em Construções Escolares na Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, onde, de 1956 a 1959, colaborou em desenhos de projetos. Em julho de 1960, foi contratada pelo mesmo organismo para trabalho de estudo e projeto de Escolas Industriais e Comerciais. De janeiro de 1964 a dezembro de 1966, fez parte do Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares (OCDE; Projeto Regional do Mediterrâneo). Em outubro de 1969, transitou para a Direcção-Geral das Construções Escolares, então criada no âmbito do Ministério das Obras Públicas. Coordenando o Grupo de Trabalho P3, no Gabinete de Estudos e Planeamento da nova Direcção-Geral, desenvolveu trabalho de normalização e projeto dos novos espaços para o Ensino Primário (Escolas Primárias de Área Aberta). Transferiu-se, em 1973, para a Direcção-Geral do Equipamento Escolar, tutelada pelo Ministério da Educação Nacional. Participou, então, em estudos de *Programação arquitectónica* e *Estudos-base para os projetos de execução de instalações para escolas preparatórias e secundárias* (1973-1979).

Continuou, posteriormente, a concretizar trabalhos da sua especialidade, vindo a fazer parte de uma equipa da Unesco que pretendia desenvolver estudos para as novas escolas de ensino médio e superior, na República Popular de Angola (1980-1989).

A partir de 1981 foi representante de Portugal no Grupo de Trabalho *Espaces éducatifs et culturels* da União Internacional dos Arquitetos (UIA).

Foi autora ou colaborou em vários projetos de construções escolares em regime de profissão liberal. Faleceu em Lisboa a 3 de junho de 1989.

História custodial e arquivística

Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Desconhecida.

Âmbito e conteúdo

A documentação reflete a atividade da arquiteta nas suas várias funções apresentadas mais acima.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso. Existe, no entanto, documentação sujeita a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico).

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar

Materiais associados

Arquivo das Construções Escolares

Entidade detentora

Portugal, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo.

Fontes e bibliografia

BEJA, Filomena; SERRA, Júlia – *Muitos anos de escolas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2010. Vol. 3, p. 337-339.

Data de descrição

2014-05-28

MARIA MARGARIDA LUCAS LEAL

Código de referência

PT/MESG/APA/MMLL

Título

Maria Margarida Lucas Leal

Datas

1967-1980

Dimensão

1 m.l.

Suporte

Papel

Nível de descrição

Fundo

Nome de produtor

Maria Margarida Lucas Leal



A professora Maria Margarida Lucas Leal com os seus alunos

História administrativa

Maria Margarida Lucas Leal (1936-) fez os seus estudos liceais em Évora, tendo chegado a concluir o 6º Ano do Liceu (equivalente ao actual 10.º Ano de Escolaridade), pois pretendia seguir Belas Artes, o que se não veio a concretizar, acabando por tirar o Curso do Magistério Primário também naquela cidade. A Professora Maria Margarida Leal começou a leccionar em 1957 em Santa Susana, a 15 Km do Redondo, onde se manteve durante dois anos. Na cidade de Évora leccionou também durante dois anos mas a esmagadora parte da sua actividade profissional desenvolveu-se em escolas primárias rurais, como a de Valverde (Concelho de Évora, onde esteve entre 1980 e 1991) e a do Rossio (também no Concelho de Évora), entre 1991 até 1993, data em que se reformou.

Por ter desenvolvido a sua actividade profissional em aldeias alentejanas, era considerada pelas suas colegas como uma professora dos meios rurais - mas essa circunstância ainda hoje a faz sentir-se muito orgulhosa pois reconhece ter aprendido muito nesses anos em que esteve ao serviço de comunidades rurais.

A maior parte da actividade profissional da Professora Maria Margarida Leal decorre na Escola Primária de São Pedro da Gafanhoeira, onde esteve colocada entre 1967 e 1980.

História custodial e arquivística

O arquivo foi adquirido pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação em 1997.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Doação realizada em 1997.

Âmbito e conteúdo

O arquivo particular desta professora é constituído por materiais didáticos, testemunhos de uma notável entrega profissional e de uma inegável devoção pela causa do ensino.

Condições de acesso

Arquivo de livre acesso.

Instrumentos de pesquisa

Arquivo por tratar.

Data de descrição

2014-05-28

<http://eduarquivo.sec-geral.mec.pt/>

<http://sibme.sec-geral.mec.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=#focus>

<http://edumuseu.sec-geral.mec.pt/>